



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ARQUITETURA E URBANISMO

Gabriel Henrique Rosa Querne

Pensar a cidade do futuro: uma crítica à ideia de
resiliência urbana nas cidades brasileiras

Florianópolis

2023

Gabriel Henrique Rosa Querne

Pensar a cidade do futuro: uma crítica à ideia de
resiliência urbana nas cidades brasileiras

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Samuel Steiner dos Santos, Dr.

Florianópolis

2023

Aos meus pais e à minha irmã.

A todos aqueles que lutam incansavelmente
pela construção de cidades mais justas.

À arquiteta, urbanista e militante
do movimento de luta pela moradia
Elisa Jorge.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores, aos servidores e aos colegas discentes da Universidade Federal de Santa Catarina. E a todos que lutaram e resistiram sempre, em defesa do ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Este trabalho foi escrito indiretamente pela minha mãe, pelo meu pai e pela minha irmã. Obrigado pela inteligência, pela coragem, pela criatividade, pela lucidez, pela sensibilidade e pela compreensão de sempre.

Agradeço ao professor Samuel Steiner dos Santos pela orientação, mas não só. Obrigado pela amizade, pela sinceridade, pela gentileza e, principalmente, pelas grandes oportunidades que me foram (e seguem sendo) dadas.

Às professoras Maria Inês Sugai e Marina Toneli Siqueira, pelas importantes considerações apresentadas ao trabalho durante a pré-banca. Obrigado pela profundidade das observações e pela oportunidade de debater.

Ao arquiteto Antonio Couto Nunes, que me colocou em algumas das experiências mais desafiadoras que vivi. Fez isso com cuidado, dedicação e esperança de que eu poderia me tornar mais um nas lutas pela democratização da arquitetura e do urbanismo. Devo-lhe – e às vivências que compartilhamos – a minha sensibilização ao tema deste trabalho.

Às arquitetas Isadora Scavone e Laura Schumacher, pela compreensão, pela gentileza, pelos sonhos compartilhados e pela longa amizade – quase tão longa quanto o tempo de vida que temos. Aos amigos não arquitetos, mas que também fazem parte desse longo grupo de amigos, agradeço-lhes pela onipresença e pela abertura para ouvir as dificuldades do processo.

Ao Programa de Educação Tutorial – PET/ARQ, pela oportunidade na iniciação científica.

Aos amigos, aos amores, aos encontros e desencontros desse período de Trabalho de Conclusão de Curso.

É urgente abordar todos os desafios políticos e analíticos que pudermos identificar, a partir de visões plurais e com ações coletivas que demandam sociedades fundamentadas na igualdade. Uma tarefa que nos insta a caminhar radicalizando a democracia. **Porque precisamos de sempre mais democracia, nunca menos** (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 114, grifo nosso).

RESUMO

Este trabalho é um ensaio exploratório que busca discutir possibilidades para as cidades brasileiras no futuro, a partir da ideia de resiliência urbana enquanto possibilidade para o combate à crise climática. O objetivo geral da pesquisa é entender a origem e alguns dos limites e potencialidades da ideia de resiliência urbana na formulação de propostas efetivas – e com foco no contexto da crise climática – para as cidades brasileiras. Ainda, a partir da análise crítica da ideia, um segundo objetivo do trabalho é debater como estruturar outras possibilidades para a ação de combate às manifestações das mudanças climáticas nas cidades brasileiras.

Palavras-chave: resiliência urbana; crise climática; ação climática; cidades do futuro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CONTEXTO DA CRISE CLIMÁTICA NAS CIDADES BRASILEIRAS	10
1.1 Governo Bolsonaro e a pauta ambiental	10
1.2 Repercussões entre o global e o local.....	18
2 AS PROPOSTAS DE RESILIÊNCIA URBANA	25
2.1 Aplicações gerais	27
2.2 A cidade como sistema	30
2.3 Aplicações no contexto brasileiro	34
3 PERSPECTIVAS DE AÇÃO CLIMÁTICA DAS CIDADES BRASILEIRAS .	39
3.1 Caminhos e possibilidades.....	44
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

Pensar sobre o futuro das cidades brasileiras é uma tarefa, no mínimo, dolorosa. Preparar-se para como será a vida daqui a 5, 10 ou 20 anos nas nossas cidades é urgente, claro, mas as grandes dores da sociedade brasileira já são objeto do presente – e estão fortemente enraizadas nas nossas cidades. A crise climática é mais um ponto, e de altíssima complexidade, que se agrega ao contexto desigual da sociedade brasileira.

Analisar as estratégias que já estão colocadas, visando combater o avanço da crise e viabilizar a sobrevivência nas cidades, é fundamental para entender o seu potencial e sua aplicabilidade. Uma das estratégias colocadas nesse contexto é a de resiliência urbana, proposição que possui certa repercussão em diversos espaços de debate: na academia, na elaboração de políticas públicas, em organizações internacionais, *Think Tanks*¹ e grupos de *advocacy*², além de ser incorporada como mote de movimentos sociais – principalmente daqueles com foco na pauta ambiental e no contexto urbano.

Entretanto, a definição de resiliência urbana não parece ser um consenso entre todos os propositores. E uma indefinição como essa pode dar espaço para algumas contradições entre as proposições, o alcance e o contexto em que estão inseridas. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é entender a origem e alguns dos limites e potencialidades da ideia de resiliência urbana na formulação de propostas efetivas – e com foco no contexto da crise climática – para as cidades brasileiras. Ainda, a partir da análise crítica da ideia, um segundo objetivo do trabalho é debater quais são as possibilidades para a ação de combate às mudanças climáticas nas cidades brasileiras.

O texto que aqui se inicia é produto de uma pesquisa exploratória, e assume seu viés exploratório ao realizar a aproximação de conceitos e acontecimentos que convergem para o entendimento do tema. Foi estruturado a partir de uma revisão teórica dividida em quatro principais momentos. O

¹ Segundo Schmidt e Mello (2021, p. 1), uma definição comum de *Think Tank* considera-os como “organizações de análise e engajamento de políticas públicas que geram pesquisa orientada para políticas, análise e aconselhamento sobre questões nacionais e internacionais”.

² Para Enriconi (2017, on-line), o termo *Advocacy* é “um processo de reivindicação de direitos que tem por objetivo influir na formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população”. Zeppelini ([s.d.], on-line) define *Advocacy* como “um lobby realizado entre setores (ou personagens) influentes na sociedade [...] que pode ter várias vertentes, como social, ambiental ou cultural”.

primeiro momento foi concentrado na busca de referenciais sobre o contexto atual das cidades brasileiras em crise climática, ao analisar textos e acontecimentos relativos aos principais debates da política nacional e internacional com foco na pauta ambiental. No segundo momento, a revisão teórica foi direcionada para a ideia de resiliência urbana, buscando artigos e livros que retratam as bases conceituais, práticas e demais abordagens críticas do termo. Por fim, em um terceiro momento, a revisão teórica teve como foco reunir debates sobre a formulação de novas perspectivas para as cidades brasileiras em crise climática.

Durante todo o trabalho, a ação de busca de referências na revisão teórica teve a intenção de convergir as bases argumentativas entre os três capítulos, de modo que a ‘costura’ dos argumentos pudesse ser visível entre as partes do ensaio. Para além dos três momentos iniciais de revisão teórica, um quarto momento – que ocorreu de forma transversal ao longo do período da pesquisa – foi a busca por referenciais estruturantes, que pudessem ser pontos de ancoragem de toda a discussão realizada. Assim, a busca por esses referenciais teve foco em discussões políticas sobre o modo de produção capitalista e acerca das discussões geopolíticas que consideram a perspectiva ambiental como ponto relevante das disputas de poder global.

Este ensaio será apresentado em três capítulos. O primeiro capítulo introduzirá o contexto da crise climática nas cidades brasileiras, abordando as questões que foram consideradas estruturantes pelo autor na criação de propostas para o combate à crise. O segundo capítulo debaterá a ideia de resiliência urbana, ao retratar as principais aplicações dessa proposta no âmbito global, bem como as discussões conceituais em torno do tema. Ainda, o segundo capítulo fará uma aproximação com o primeiro, ao analisar as ideias de resiliência urbana de forma crítica e aplicada ao contexto atual e também histórico de formação das cidades brasileiras. Por fim, a análise crítica da ideia de resiliência urbana possibilitará, no terceiro capítulo, a discussão sobre perspectivas para a ação de combate às manifestações das mudanças climáticas nas cidades brasileiras, considerando o contexto local, o combate às desigualdades sociais e a garantia da sobrevivência nas cidades como princípios gerais.

1 CONTEXTO DA CRISE CLIMÁTICA NAS CIDADES BRASILEIRAS

Os desastres ambientais são frequentes e a repercussão na mídia é diária: a gravidade se impõe e o debate sobre as mudanças climáticas ganha cada vez mais força no país. A preocupação da população brasileira sobre a crise climática já supera, percentualmente, a preocupação com o crescimento econômico (GALVANI, 2021). Para além da gravidade e da alta frequência em que são percebidas as manifestações da crise climática, há uma série de razões – específicas ao contexto brasileiro – que tornam o debate sobre como sobreviver nas cidades contemporâneas mais relevante na pauta pública: sendo percebido cada vez mais como urgente e de alto nível de complexidade.

Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar o debate ambiental no contexto brasileiro ao traçar paralelos entre a discussão da pauta ambiental no cenário internacional e os impactos que as proposições globais geram na ação local. Iniciar-se-á com uma explicação, dividida em dois pontos principais, sobre o contexto ambiental brasileiro atual. O primeiro ponto será focado em analisar as consequências das ações do Governo Bolsonaro na pauta ambiental. O segundo ponto versará sobre as dinâmicas que envolvem a cooperação internacional na pauta ambiental e o papel do Brasil, sob novo governo.

Em seguida, propõe-se uma reflexão sobre as repercussões entre a ação global na pauta ambiental e a ação local, a partir da discussão sobre o sistema de produção energética, as repercussões sociais da demanda consumidora de energia e as diferenças nos processos de urbanização do Norte e do Sul Global. Por fim, uma reflexão sobre o que poderia significar colapso ambiental para cada contexto.

1.1 GOVERNO BOLSONARO E A PAUTA AMBIENTAL

Uma das razões para o recente ganho de relevância da pauta ambiental no debate público do país é a perseverança dos movimentos sociais e ambientais brasileiros, dos povos indígenas e de diversas lideranças de projeção internacional que amplificam a defesa dos ecossistemas locais e globais (CALVI, 2019). Outra razão é, o movimento de reconstrução nacional

que sucede o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), um período caracterizado pela demolição das estruturas de controle do desmatamento e monitoramento das áreas ambiental e socialmente vulneráveis. O Governo Bolsonaro tratou a pauta ambiental como uma moeda de troca, entre outras questões, ao alinhar seus discursos e práticas com o governo de Donald Trump e ao subjugar a pauta ao projeto de desenvolvimento e de disputa por protagonismo estadunidense (BECHARA, 2023; MARTINS, 2019).

Nessa mesma lógica, o Governo Bolsonaro³ interrompeu a colaboração regional e internacional na pauta ambiental, ao causar, por exemplo, o bloqueio de repasses ao Fundo Amazônia (NEGRÃO, 2019)⁴. E por mais injustificado que pudesse ser a recusa deliberada de valores, o desprezo aos montantes que financiariam ações de preservação na região tinha lógica. A troca de governo desnudou-a: ao revelar a situação crítica dos territórios Yanomami, ficou explícita a forma indiscriminada que o gabinete do ex-presidente mascarou, subtraiu dados e favoreceu o desmatamento a partir do vilipêndio dos povos indígenas – responsáveis e pioneiros na proteção das reservas naturais, fauna e flora brasileiras a partir de seus territórios:

Povos indígenas e comunidades locais são tão diversas quanto seus territórios e recursos, mas muitas delas compartilham um vínculo étnico com a natureza a partir de seus idiomas, credos e práticas, refletindo um comprometimento com o respeito e o cuidado pelo mundo natural. Em cosmovisões indígenas, pessoas são compreendidas enquanto partes intrínsecas da natureza, e não distintas ou separadas. A maioria dos povos indígenas possuem profunda compreensão da natureza e ajustam suas práticas, instituições e relacionamentos para manter o equilíbrio ecológico. (TAULI-CORPUZ; ALCORN; MOLNAR, 2018, p. 7, tradução nossa)⁵

³ O jornal El País destacou em reportagem que, após o bloqueio de repasses da Noruega para o Fundo Amazônia ainda em 2019, a Alemanha também suspendeu os repasses ao fundo. Após o bloqueio, o ex-presidente Jair Bolsonaro sugeriu publicamente que a ex-chanceler alemã Angela Merkel utilizasse o valor para reflorestar a Alemanha (NEGRÃO, 2019).

⁴ As primeiras movimentações do governo Lula (2023-2026), em uma pauta com vistas à reconstrução de elementos da política externa, visaram recuperar os recursos e angariar novos financiadores para o Fundo Amazônia. Reino Unido e os Estados Unidos assumiram o compromisso de contribuir, somando-se à Noruega, Alemanha e aos recursos destinados pela Petrobras (BORDALLO, 2023).

⁵ No original: “*Indigenous Peoples and local communities are as diverse as their lands and resources, but many share an ethical interconnection with nature through their languages, beliefs, and practices, reflecting a commitment to respecting and caring for the natural world. In indigenous worldviews, people are seen largely as intrinsic parts of nature rather than as distinct and separate from it. Most Indigenous Peoples have a deep understanding of nature and adjust their practices, institutions, and relationships to maintain an ecological balance*”.

Os povos Yanomamis têm a prática de se deslocar com frequência pelo território, sempre em busca de diversidade de plantação e de culturas. Foram sendo cercados pelo garimpo e pelas terras arrasadas, o que dificultou a sua produção e aumentou o contato dos povos com a alimentação industrializada (GUIMARÃES, 2023). Enquanto a crise se complexificava, sem suporte do poder público e com as organizações de controle e monitoramento enfraquecidas, Jair Bolsonaro ainda acusou, em discurso à Assembleia Geral da ONU, os povos indígenas de serem os culpados por queimadas na região amazônica (OHANA, 2020). A afirmação, feita no púlpito que há décadas recebe os chefes de todos os países membros das Nações Unidas, vai de encontro aos estudos sobre o papel das comunidades locais e dos povos indígenas na preservação da floresta e da biodiversidade. Segundo Tauli-Corpuz, Alcorn e Molnar (2018, p. 7–8, tradução nossa):

Pesquisas mostram que os povos indígenas e as comunidades locais são preservadores eficazes, ao relacionar de forma positiva os direitos que possuem sobre a terra e sobre as florestas a resultados em biodiversidade. Considerando as florestas como um sinônimo de biodiversidade, as análises vincularam menores níveis de emissões de carbono às florestas sob gestão e autorregulação de comunidades locais. Na Amazônia Brasileira, áreas protegidas e territórios indígenas demonstraram ser igualmente eficazes em proteger as florestas.⁶

Em paralelo e no contexto urbano, o Governo Bolsonaro executou uma prática de desmonte ativo de políticas públicas, fragilizando áreas muito significativas para a pauta ambiental nas cidades. Com foco na análise orçamentária e observando os dados dos últimos três Planos Plurianuais (PPA), Couto e Rech (2023, p. 454) definem o desmonte ativo como:

[...] a intenção deliberada de desmonte de políticas existentes. Neste trabalho, optamos por desmembrar a categoria de desmonte ativo em duas subcategorias: desmonte ativo anunciado e desmonte ativo não anunciado. Nos casos em que o governo explicita a redução orçamentária no seu PPA, confirmando-a nas

⁶ No original: “Research shows that Indigenous Peoples and local communities are effective conservationists, with stronger rights to land and forests positively associated with biodiversity outcomes. Using forests as a surrogate for biodiversity, analyses have linked lower carbon emissions with community-owned forests and local rulemaking. In the Brazilian Amazon, protected areas and indigenous territories have been shown to be equally effective in protecting forests”

dotações anuais e no nível de execução, teremos um desmonte ativo anunciado. No entanto, em outros setores que já vinham sofrendo uma redução em período anterior, o governo pode não explicitar sua opção de desmonte, mas não apenas não recupera os níveis anteriores de gasto, como continua processando uma redução continuada das despesas relacionadas. Nesses casos, trataremos como desmonte ativo não anunciado, em que os valores planejados podem “camuflar” desmontes orçamentários processados na dotação ou na execução orçamentária.

Couto e Rech (2023) identificaram cinco áreas que foram objeto de um desmonte ativo – sendo este um dos tipos possíveis de desmonte de políticas públicas, conforme referencial teórico utilizado pelos autores. As áreas são: Educação Superior; Educação Profissional e Tecnológica; Saneamento Básico; Moradia Digna; e Tecnologias, Inovação e Desenvolvimento Sustentável. Na área de habitação (Moradia Digna, no contexto do PPA), os autores identificaram a redução significativa na participação no orçamento entre os três últimos quadriênios de PPAs:

[...] um programa que já executou quase R\$ 36 bilhões no quadriênio encerrado em 2015 e R\$ 19,4 bilhões no quadriênio seguinte, teve gastos planejados de pouco mais de R\$ 11 bilhões para o PPA planejado no governo Bolsonaro. Nos dois primeiros anos do governo, o programa liquidou menos de R\$ 4 bilhões. Se a participação do programa no orçamento era de 1,71% no quadriênio encerrado em 2019, com o redesenho desse pelo governo Bolsonaro a participação caiu para 0,88% no período 2020-2023 (COUTO; RECH, 2023, p. 460–461).

Outros fatores são indicados como elementos que caracterizam o desmonte ativo na área de habitação, como o desmonte do ministério responsável pela execução do programa de habitação no PPA, o Ministério das Cidades (ibid.). Já na área do Saneamento Básico, o desmonte é ainda mais explícito. Com frequência há uma diferença entre os valores planejados no PPA e os valores efetivamente liquidados, mas no caso do PPA 2020-2023, desenvolvido no Governo Bolsonaro, os valores planejados para o saneamento são menores que os valores liquidados no PPA 2016-2019 – desenvolvido no Governo Dilma e executado pelos Governos Temer e Bolsonaro:

O valor planejado para o programa de Saneamento Básico (Programa 2222) é de R\$ 2,52 bilhões, nominalmente abaixo do valor liquidado no período entre

2016-2019. Se, em termos de valores liquidados, os valores do período 2016-2019 superaram os do PPA anterior, embora com uma redução expressiva dos valores planejados, o governo Bolsonaro planejou gastos para o período 2020-2023 menores que os valores liquidados no período 2016-2019. A participação no orçamento cai de 0,24%, considerando os valores liquidados de 2016-2019, para 0,20%, considerando os dois anos fechados de execução do PPA, em que o programa liquidou R\$ 1,09 bilhão (COUTO; RECH, 2023, p. 462).

São profundas as marcas deixadas pela administração de Jair Bolsonaro na institucionalidade brasileira, na composição de políticas públicas e em seus órgãos de gestão e controle: a superação da destruição deverá ser objeto de longa reconstrução, o que deve extrapolar o tempo de um mandato presidencial. Entretanto, o que aconteceu nos quatro anos deste governo não significa em nenhum modo uma surpresa ou um caso de estelionato eleitoral: desde a campanha até a escolha do gabinete ministerial, o ex-presidente e seus subordinados deixaram explícitas as suas intenções e perspectivas anticientíficas, avessas a qualquer discussão sobre as mudanças climáticas e, principalmente, aquelas advindas do aquecimento global.

Scantimburgo (2018, p. 113) analisou, em artigo publicado antes do início do mandato de Bolsonaro, os discursos destes atores do início do governo. Sua conclusão foi precisa, e na direção daquilo que hoje, infelizmente, é o resultado do período na área ambiental:

Está claro que o governo Bolsonaro perpetra uma fragilização da regulação ambiental no Brasil, que trará grandes prejuízos para a economia do país, haja vista os problemas que possíveis alterações climáticas poderão ocasionar para diversos setores, como a própria agricultura.

[...]

Tudo indica que, no plano internacional, o Brasil perderá protagonismo no tema ambiental, indo na contramão da agenda que vem sendo seguida há pelo menos quase três décadas. [...] Se o direcionamento do governo confirmar suas intenções de esvaziar a agenda ambiental, é razoável supor que o país terá sérios problemas no comércio internacional, além de caminhar internamente para um colapso socioambiental.

Os executores dessa antipolítica ambiental, alocados nos ministérios responsáveis do governo, estiveram em profundo alinhamento com o discurso da extrema direita e de seus ideólogos, especialmente no recorte sobre a pauta ambiental. Ao ser indicado ministro, Ricardo Salles, (2018, on-line) afirmou em entrevista que:

A discussão se há ou não há aquecimento global é secundária. Não vou entrar nesse momento nessa discussão. Porque as questões tangíveis de preservação do meio ambiente, havendo ou não havendo aquecimento global, têm que ser feitas. Portanto, essa discussão neste momento é inócua.

Ernesto Araújo, primeiro chanceler do governo Bolsonaro e um dos principais reprodutores do ideário ultraconservador da extrema-direita estadunidense no Brasil, considerava que o aquecimento global era fruto de uma “ideologia da mudança climática, o climatismo”. Segundo o ex-chanceler:

O climatismo juntou alguns dados que sugeriam uma correlação do aumento de temperaturas com o aumento da concentração de CO₂ na atmosfera, ignorou dados que sugeriam o contrário, e criou um dogma “científico” que ninguém mais pode contestar sob pena de ser excomungado da boa sociedade – exatamente o contrário do espírito científico (ARAÚJO, 2018, apud. SCANTIMBURGO, 2018, p. 107).

A aplicação integral do *modus operandi* da extrema-direita global – desafeto à cooperação entre os países na crise climática – somada a um nacionalismo forjado, consolidou um aparato de argumentos e dispositivos à serviço do Governo Bolsonaro, cuja prática tentou conduzir a opinião pública em seu favor:

Bolsonaro [...] cruzou os braços diante Dia do Fogo, forjado para exibir apoio à sua política para a Amazônia, retardando o socorro à floresta, às reservas indígenas e aos seus habitantes. Acusou as ONGs ambientais de estarem por trás do incêndio, [...] recusou a ajuda da União Europeia para combater o incêndio e promover a reflorestação. Fez o possível para criar um incidente diplomático irreversível que inviabilize o acordo, enquanto simulava um nacionalismo retórico denunciando a suposta tentativa europeia e francesa de internacionalizar a Amazônia, quando em discurso de campanha, afirmou entender não ser mais do Brasil (MARTINS, 2019, on-line).

As premissas equivocadas empenhadas pelo Governo Bolsonaro – a negação da existência da crise, a cegueira deliberada frente ao aquecimento global e a culpabilização dos povos indígenas – conformam o primeiro ponto desta análise do contexto. O segundo ponto, e que possui premissas muito distintas das analisadas anteriormente, reside em uma preocupação dos países e das elites políticas no chamado Sul Global com um possível interesse externo exacerbado nas questões ambientais – cujo produto poderia ser a criação de políticas intervencionistas por parte dos países do Norte Global. Essa preocupação se estende até a criação de normativas internacionais contra crimes ambientais que, por exemplo, possam favorecer ou justificar – perante a comunidade internacional – uma intervenção militar externa (ABDENUR, 2021).

Estes dois pontos de análise do contexto se tornam importantes para compreender o discurso e a prática ambiental atual do Governo Lula (2023-2027). Para além da reconstrução das estruturas de controle e monitoramento, destruídas durante o Governo Bolsonaro, o Brasil começa a protagonizar um processo de reestabelecimento de pontes e de reabertura para a cooperação. Assumindo também sua vocação de propositor na questão ambiental global, o novo governo reposiciona o Brasil a partir de uma postura de cobrança das ações prometidas – principalmente aquelas firmadas no Acordo de Paris – e da contribuição financeira dos “países ricos” fixada durante a COP de Copenhague (ABDALA, 2023). Em discurso à cúpula do G7 na cidade de Hiroshima, o Presidente Lula afirmou que:

De nada adianta os países e regiões ricos avançarem na implementação de planos sofisticados de transição se o resto do mundo ficar para trás ou, pior ainda, for prejudicado pelo processo. Os países em desenvolvimento continuarão precisando de financiamento, tecnologia e apoio técnico para transformarem suas economias, combater a mudança do clima, preservar a biodiversidade e lutar contra a desertificação (SILVA, 2023, on-line).

A escolha do discurso do presidente Lula é de tratar as diferenças entre Norte e Sul Global a partir dos termos ‘países ricos’ e ‘países em desenvolvimento’. Esse é o caminho encontrado para conduzir a cobrança de responsabilidade, o que revela que o novo governo compreende que os movimentos de cooperação internacional precisam balizados por uma

responsabilização proporcional, sem negar as disparidades entre as condições de cada país – tanto de investimento como de fragilidade socioambiental.

A retomada do protagonismo histórico do Brasil, junto a outros países do Sul Global no debate das mudanças climáticas, pode favorecer o combate à disparidade de condições para o enfrentamento da crise. Essa é uma leitura que pode aproximar a ação internacional brasileira, bem como o seu papel numa possível concertação global, de uma abordagem mais pragmática: melhorar a vida das pessoas e dar condições para sobrevivência nas cidades brasileiras. O desafio que se coloca é, para além de definir ações conjuntas de combate à crise climática, a necessidade de definir ações proporcionais às responsabilidades de cada nação na crise climática.

Importante destacar que o presente trabalho tratará os conceitos de Norte e Sul Global a partir da ideia de Modo de Vida Imperial, cuja perspectiva de Acosta e Brand (2018) será trabalhada ainda neste capítulo. Destaca-se, contudo, que há alguma flexibilidade na aplicação dos conceitos de Norte e Sul Global e, dessa forma, não é necessariamente incorporado no discurso da política externa dos países entendidos como parte do Sul Global, como no caso do discurso do presidente Lula. Adriana Erthal Abdenur (2021, p. 2082–2083, tradução nossa), ao analisar as perspectivas de política internacional e de cooperação com foco na agenda climática, apresenta que a utilização da ideia se dá sob o seguinte viés:

[...] referências ao ‘Norte Global’ e ‘Sul Global’ podem ajudar a destacar elementos estruturais que condicionam ao engajamento de atores tanto estatais ou não estatais na agenda climática e de segurança. [...] Que *think tanks* do Norte dominaram a produção relacionada a agenda climática e de segurança, por exemplo, ou que os instrumentos da ONU como o Mecanismo de Segurança Climática são predominantemente, ou exclusivamente, comandados por equipes de países do Norte, ilustram esses elementos estruturais⁷

Assim, este ensaio utilizará os conceitos de Norte e Sul Global em alinhamento com a observação de Abdenur (ibid.), para viabilizar o destaque

⁷ No original: [...] references to ‘Global North’ and ‘Global South’ may help to highlight structural features that condition the engagement of both state and non-state actors with the climate and security agenda. [...] That ‘Northern’ think tanks have dominated knowledge production related to the climate and security agenda, for instance, or that UN instruments such as the Climate Security Mechanism are predominantly, or exclusively, led by staff from ‘Northern’ countries, illustrates these structural features.

aos elementos estruturais e, portanto, às diferenças entre os padrões de vida de cada contexto, ressaltando que as dinâmicas globais possuem forte repercussão nas questões locais.

1.2 REPERCUSSÕES ENTRE O GLOBAL E O LOCAL

As manifestações da crise climática acontecem e se materializam sem observar as fronteiras dos países: isso torna a busca por diálogo entre as nações e pelo fortalecimento de propostas multilaterais imperativa, na medida em que os impactos são percebidos em diversos lugares pelo mundo. Há, todavia, uma grande diferença entre o compromisso público de colaborar internacionalmente na pauta climática daquilo que é a disponibilidade factual dos países que o elaboraram em agir substancialmente para conter a crise global – o que exigiria reconhecer as limitações dos acordos em vigor e ampliar as discussões em torno do alcance de seus termos. Sobre um desses compromissos públicos, o Acordo de Paris, Acosta e Brand (2018, p. 58) afirmam que o texto:

[...] suprimiu as referências aos Direitos Humanos e aos direitos dos povos indígenas. Tais referências foram relegadas ao “preâmbulo”. Além disso, o termo “combustíveis fósseis” e as palavras “petróleo” e “carvão” sequer são citadas.

O Acordo de Paris revela algumas repercussões entre as propostas dos países para a crise climática (âmbito global) e as estratégias mais divulgadas de intervenção urbana (âmbito local) que visam a mitigação dos efeitos da crise climática. A busca por práticas inovadoras de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, por exemplo, é uma destas repercussões⁸. Deve-se questionar, sobretudo, qual é a mudança substancial advinda desses grandes lemas que são o crescimento e desenvolvimento sustentável e se, enquanto princípio para a criação de políticas duradouras e compatíveis com a gravidade da crise atual, essas estratégias abrangem suficientemente a complexidade do tema, principalmente para os países do Sul Global.

⁸ O trecho a seguir foi extraído do artigo 10 do Acordo de Paris: “É fundamental acelerar, incentivar e possibilitar a inovação para contribuir a uma resposta global eficaz de longo prazo à mudança do clima e para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável”(COORDENAÇÃO-GERAL DO CLIMA, [s.d.], p. 25)

No âmbito global, um bom exemplo dessa complexidade é a busca pela eletrificação no sistema de transportes, ao imaginá-lo independente do petróleo e seus derivados. Segundo Servigne e Stevens (2020), não é realista especular a substituição total da energia derivada do petróleo por outra matriz energética dentro do *modus operandi* atual das matrizes alternativas, visto que o complexo eletrificado – redes, baterias e peças de troca – é totalmente dependente de materiais derivados de petróleo, bem como de metais e minerais finitos ou que já estão em falta.

Destaca-se que a manifestação da escassez não é somente o estoque zerado, ou mesmo em valores próximos a zero. Especialmente no caso do petróleo, que está longe de acabar nas inúmeras reservas já registradas pelo mundo, o cenário de escassez pode ser a consolidação de uma tendência de queda das taxas de retorno energético da exploração (Ibid.). Ainda, a inviabilidade econômica da exploração do petróleo – quando o retorno energético for negativo, ou seja, quando há mais gasto de energia para extrair que excedente para utilizar – impactará todas as matrizes energéticas, na forma como estão estabelecidas hoje (ibid.). Sobre o retorno energético, Servigne e Stevens (ibid., p. 36, tradução nossa)⁹ afirmam que:

[...] para extrair petróleo é necessário energia, muita energia: a prospecção, as análises de viabilidade, o maquinário, os poços, os oleodutos, as estradas, a manutenção e a segurança de todas as infraestruturas etc. Contudo, o senso comum exige que, em uma empresa de extração, a energia coletada seja superior a energia investida. É lógico. Se o resultado é menor que o investimento, não vale a pena escavar.

Soluções, portanto, não passarão apenas por uma substituição na ponta da cadeia produtiva ou pela priorização de alguma matriz energética específica. A complexidade do sistema energético exige um intenso debate, que contemple propostas para o redesenho de todo o processo de produção energética e seu extenso aparato logístico. Um processo que é profundamente permeado e estruturado sobre dinâmicas sociais, econômicas e culturais que fabricam as necessidades de consumo na sociedade atual:

⁹ No original: “[...] para extraer petróleo hace falta energía, mucha energía: la prospección, los análisis de viabilidad, la maquinaria, los pozos, los oleoductos, las carreteras, el mantenimiento y la seguridad de todas estas infraestructuras, etc. Ahora bien, el sentido común exige que, en una empresa de extracción, la energía recolectada sea superior a la energía invertida. Es lógico. Si se consigue menos de lo que se invierte, no merece la pena excavar”.

[...] as necessidades humanas são conhecidas, sempre as mesmas e constantes em qualquer tempo e cultura. O que muda são os satisfatores. Isso só será possível se se constroem sociedades calcadas sobre a igualdade, em que se introduzam, por meio de concertações democráticas, outros valores e práticas sociais — este processo estará vinculado, por certo, a uma nova forma de pensar e organizar a economia e a própria sociedade (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 78).

As dificuldades na produção energética revelam a profundidade da crise do modo de produção atual em seu cenário imediato. É necessário aprofundar a percepção da crise climática e aproximar-se dos prognósticos, que enunciam um cenário de colapso. Superar o estado propositivo atual é urgente, principalmente porque estratégias diversionistas seguem dominando a pauta pública e, principalmente, a construção de acordos internacionais. O debate internacional do tema não abrange, por exemplo, a reorganização da racionalidade produtiva global, que mantém o modo de vida imperial do Norte Global e suas formas de financiamento como prioridade. Segundo Acosta e Brand (ibid., p. 48):

“O modo de vida do Norte global é “imperial”, pois, assegurado por meios políticos — jurídicos ou violentos — e incentivado pelos interesses de acumulação de capital, pressupõe o acesso ilimitado a recursos naturais, espaço territorial e força de trabalho, e o descarte de rejeitos (*pollution sinks*) em outros lugares”.

Há, portanto, um modo de vida que sobrevive a partir da manutenção da lógica produtiva atual; que é dependente de um sistema energético complexo e que caminha para a falta de liquidez no retorno energético da sua exploração; que depende, em larga escala, da extração de recursos naturais de países do Sul Global. Esse modo de vida é, predominantemente, característico do Norte Global — ainda que existam repercussões e proximidades desse modo de vida em frações de cidades do Sul Global, fruto da desigualdade nos processos de urbanização.

As perspectivas aqui ressaltadas sugerem que uma reorganização da produção global passará pela reparação aos países periféricos. Isso significa que há uma necessidade de compensar os danos causados pelo extrativismo: a exploração da natureza e dos povos nos países do Sul Global e que hoje sustentam as melhores condições de vida urbana nas cidades do Norte Global.

Os meios que sustentam o Modo de Vida Imperial seriam, dessa forma, fruto do extrativismo (ibid., p. 22–23, grifo nosso):

O extrativismo se refere a atividades que removem, na maioria das vezes de forma intensiva, grandes volumes de recursos naturais, e a cultivos agroindustriais que se utilizam de muitos insumos, com o objetivo de exportar segundo a demanda dos países centrais, sem processamento — ou com processamento limitado — dos produtos.

[...]

Em resumo, os países “desenvolvidos”, em sua maioria, são importadores de Natureza, e os “subdesenvolvidos”, exportadores de Natureza [...]. Como resultado, continua-se observando nos países “subdesenvolvidos” uma vigência permanente de modalidades de acumulação primário-exportadora e de extrativismo, que nessas regiões se manifestam com muita força.

Ainda, o extrativismo enquanto modelo econômico dificulta o desenvolvimento de novas formas econômicas menos dependentes da natureza (ACOSTA; BRAND, 2018). Essas ponderações podem ser o ponto de partida para a formulação de consensos multilaterais ou globais, quando e se possível, com o objetivo de combater as mudanças climáticas. Não foi o caso do Acordo de Paris, que se consolidou como uma reunião de compromissos estabelecidos unilateralmente, sem mecanismos suficientes de compensação ou proporcionalidade no combate às mudanças climáticas. Young (2016) afirma que as “Contribuições Nacionalmente Determinadas”¹⁰, principal forma de atuação dos países no compromisso firmado, dependeriam de um grande trabalho colaborativo de estímulo e monitoramento. Mesmo assim, os mecanismos do acordo para monitorar, estimular e reforçar os compromissos firmados são frágeis e mal definidos (ibid.). Para Acosta e Brand (2018, p. 57, grifo nosso):

As “contribuições” dos países não são suficientes nem existem mecanismos de sanção. Agora, toda a esperança política deseja ingenuamente que os governos atuem, que as elites nacionais compreendam os problemas e reajam e respeitem as regras com vistas a abandonar o uso de combustíveis fósseis.

¹⁰ As ‘Contribuições Nacionalmente Determinadas’ foram enviadas pelos países antes do início da COP 21 na França. O Brasil se comprometeu com a redução em 37% dos gases que contribuem para o efeito estufa até 2025, ampliando para 43% até 2030 - em relação aos níveis de emissão do ano de 2005 (COORDENAÇÃO-GERAL DO CLIMA, [s.d.]).

Assim, acordos insuficientes seguem estimulados e o crescimento econômico continua como objetivo primário dos Estados e de seus governos – que seguem em grande medida dependentes do extrativismo e das relações comerciais decorrentes, estruturadas na balança comercial dos recursos naturais (ibid.).

As repercussões entre o global e o local estão, portanto, calcadas nas relações Norte-Sul Global. Abdenur (2021, p. 2075, tradução nossa) afirma que o Sul Global é um “fenômeno maleável”, utilizado e instrumentalizado a partir dos parâmetros específicos de discussão e das necessidades políticas – assim como chamar de “países em desenvolvimento” e “países ricos” também é uma escolha e uma necessidade política. Neste trabalho, o uso da ideia de Sul Global será estruturado a partir do debate escolhido como objetivo principal: compreender e analisar as possibilidades para ação nas cidades brasileiras em cenário de colapso climático – discussão que repercute nas cidades do Sul Global em sentido amplo, marcadas pela desigualdade social e pela urbanização fragmentada.

1.2.1 Colapso ambiental, decrescimento e pós-extrativismo

Colapso, crise, caos, fim. Um mesmo horizonte se impõe a partir de definições distintas, mas que de certa forma vislumbram um mesmo futuro: o da dificuldade ou incapacidade de propor soluções efetivas para um cenário potencialmente complexo e desolador. Para Labatut (2022, p. 34):

Existem algumas respostas óbvias à pergunta de por que nosso mundo se tornou tão incompreensível: quando os sistemas são interconectados, sua complexidade cresce de forma explosiva, e eles começam a manifestar fenômenos emergentes que não poderiam ter sido previstos antes, porque surgem como produto de múltiplas interações, algo semelhante ao que acontece dentro da nossa mente, com nossos pensamentos e percepções. Essa miríade de novos elos entre aspectos previamente isolados da experiência humana pode levar a uma falha catastrófica da nossa capacidade de compreensão. Mas essa é apenas uma parte da resposta, pois qualquer sistema bombardeado por energia crescente começa a manifestar uma atitude cada vez mais turbulenta. Sua evolução futura se torna

essencialmente imprevisível. A ordem se transforma em caos.

A complexidade e a interconectividade dos sistemas mundiais e, em menor escala, dos sistemas urbanos contemporâneos, nos mostram que um colapso não necessariamente será o reflexo de um evento ou crise específica. Pode-se elencar uma série de crises potencialmente promotoras de um colapso no mundo: financeira, imobiliária, ambiental etc. (SERVIGNE; STEVENS, 2020); pode-se, ainda, não assumir o colapso como um fato, principalmente ao apostar na viabilidade de soluções pontuais ou de soluções que ainda não estão dadas. O que é cada vez mais difícil de sustentar é a negação do horizonte do colapso, um estado que pode ser consolidado a partir da manutenção e da constante ampliação dos padrões de consumo e exploração do Norte global: o já citado Modo de Vida Imperial (ACOSTA; BRAND, 2018).

Servigne e Stevens (2020, p. 10) afirmam que um colapso não será como a visão idealizada e hollywoodiana de fim de mundo ou de apocalipse. Todavia, também não se trata de uma crise pontual da qual há superação, como um tsunami ou um ataque terrorista. Para os autores, um colapso seria o processo no qual a maioria da população já não conta com as necessidades básicas (água, alimentação, abrigo, roupas, energia etc.) oferecidas pelo poder público ou em preço razoável (ibid.).

Uma definição como essa é importante pois colabora com a caracterização de um o ponto de não-retorno, um momento em que a complexidade dos sistemas cederia totalmente à incapacidade de produção de soluções. Ao mesmo tempo, esta é uma definição excessivamente acomodada no Modo de Vida Imperial, em que não há grave falta de assistência ou infraestrutura para atender as necessidades básicas da população. A definição de colapso do Norte Global parece ser distinta da definição de colapso do Sul Global.

As pontuações feitas neste capítulo sobre a vigência do extrativismo têm exatamente esse objetivo: ressaltar que os problemas e as estratégias de combate às mudanças climáticas no Rio de Janeiro sempre serão muito diferentes do que as possibilidades em Londres, por exemplo. E, por mais óbvio que isso possa parecer, as mesas de negociações ignoram que é necessário compensação e investimentos para o Sul global combater a

precariedade urbana, enquanto o Norte global pode destinar esforços ao decrescimento e a redução da ânsia de consumo:

[...] o decrescimento e o pós-extrativismo, mesmo sem serem sinônimos nem necessariamente complementares, são expressões relacionadas com uma mesma realidade global. Se o Norte decresce interrompendo ou, ao menos, desacelerando seus processos de acumulação —, seguramente reduzirá suas demandas por objetos de trabalho e consumo — em especial, de matérias-primas (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 107, grifo nosso).

A enorme diferença entre os cenários das cidades do Norte e do Sul Global geram uma inquietação. Os discursos emergentes sobre o combate à crise climática têm um caráter global, o que pode incorrer em um tratamento homogêneo para cenários muito diferentes. Sugeriu-se inclusive, neste capítulo, que tampouco a definição de colapso é a mesma entre o Norte e o Sul Global. Ainda que as manifestações da crise climática não estejam submetidas a concepções geopolíticas, as ferramentas para combatê-las são muito diferentes em cada contexto social.

2 AS PROPOSTAS DE RESILIÊNCIA URBANA

Ao considerar a desigualdade social, produtora dos “espaços altamente desiguais que apresentam as regiões metropolitanas brasileiras” (SUGAI, 2015, p. 34) – assim como de parte significativa das cidades do Sul Global –, faz-se necessário pensar e planejar as cidades para enfrentar o colapso climático, para resistir às manifestações das mudanças climáticas e viabilizar a sobrevivência nas cidades em crise climática.

Essa é a justificativa para a segunda parte deste trabalho, que busca analisar uma dentre várias proposições que evocam caminhos para as cidades na crise climática: as ideias de ‘cidade resiliente’ e ‘resiliência urbana’. O objetivo principal é analisar essas proposições e suas repercussões, ao compreendê-las enquanto possíveis ferramentas de transformação do espaço urbano e ao analisar a validade da sua aplicação dentro do contexto socioespacial, político, econômico brasileiro na crise climática.

Ainda que seja um conceito aberto, a definição de resiliência enquanto propriedade mecânica dos materiais estimula o desenvolvimento de novas tecnologias em edificações: novos métodos construtivos, arquitetura modular de fácil montagem e desmontagem, formas de autossuficiência energética e até mesmo a utilização de materiais flexíveis que vençam abalos sísmicos. Assim, em primeira análise, pensar em resiliência urbana seria desenvolver estratégias que permitam, após alguma manifestação da crise climática, recompor e regenerar os sistemas de habitação, urbanos e ecológicos existentes.

A reflexão sobre cidades resilientes no contexto das mudanças climáticas pode também estar ligada a produção de novos modos de construir edificações ou realizar intervenções urbanas – assim como a adaptação de construções e áreas urbanizadas existentes – que absorvam o impacto de algum evento climático e retomem a sua forma original, ou mesmo que atravessem esse evento sem sofrer danos significativos.

As tentativas de conceituação do termo, no entanto, agregam alguma complexidade no entendimento do que pode ser uma cidade resiliente. Buscando uma abordagem mais ampla sobre a ideia, o relatório sintético sobre

as mudanças climáticas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de 2014 define resiliência como:

A capacidade de sistemas sociais, econômicos e ambientais de lidar com a tendência, alteração ou evento danoso, respondendo ou reorganizando de modo a manter sua função, identidade e estrutura essencial, enquanto mantém a capacidade de adaptação, aprendizado e transformação (PACHAURI; MAYER; INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2015, tradução nossa).¹¹

O trabalho de Meerow, Newell e Stults (2016) é um importante recurso na jornada teórica de definição de um conceito para resiliência urbana. A partir de uma ampla revisão bibliográfica e multidisciplinar, os autores encontraram 25 definições de resiliência urbana, além de cinco principais tensões teóricas entre os debatedores. Como resposta a estas tensões, os autores (ibid., 2016, p. 39, tradução nossa) propõem um novo conceito de resiliência urbana:

Resiliência urbana é a habilidade de um sistema urbano – e todas as redes socioecológicas e sociotécnicas existentes entre escalas temporais e espaciais – em manter ou retornar rapidamente para suas funções desejadas após um distúrbio; em adaptar-se à mudança; em rapidamente transformar sistemas que limitam a capacidade (atual ou futura) de adaptação.¹²

A análise dos autores indica que o principal mecanismo utilizado para promover a transição da ideia geral de resiliência – como apresentada pelo IPCC – para o conceito específico de ‘resiliência urbana’ é o entendimento de sistema e, portanto, das cidades como um sistema, tema que será objeto de discussão mais aprofundada no item 2.2 deste capítulo. No geral, os artigos analisados pelo trabalho promovem uma caracterização da cidade como um sistema complexo ou enquanto uma reunião de redes e sistemas complexos (MEEROW; NEWELL; STULTS, 2016).

Para além da análise de bases conceituais, os autores também agregam na definição de resiliência urbana o impacto da definição da agenda política.

¹¹ No original: *The capacity of social, economic and environmental systems to cope with a hazardous event or trend or disturbance, responding or reorganizing in ways that maintain their essential function, identity and structure, while also maintaining the capacity for adaptation, learning and transformation.*

¹² No original: *Urban resilience refers to the ability of an urban system-and all its constituent socio-ecological and socio-technical networks across temporal and spatial scales-to maintain or rapidly return to desired functions in the face of a disturbance, to adapt to change, and to quickly transform systems that limit current or future adaptive capacity.*

Isso distancia a aplicação da resiliência no contexto urbano de uma aplicação restritamente técnica, como a aplicação de resiliência enquanto propriedade mecânica dos materiais:

Resiliência urbana é moldada por aqueles que definem a agenda, aqueles cuja resiliência está sendo priorizada; aqueles que ganham ou perdem como resultado. Argumentamos em favor da construção de uma capacidade adaptativa homogênea, não uma adaptação em face de cada ameaça. Mas áreas, setores e ameaças prioritárias vão, sem dúvidas, mudar de cidade para cidade. (MEEROW; NEWELL; STULTS, 2016, p. 46, tradução nossa).¹³

Neste capítulo, a proposta é compreender como as diversas definições de resiliência urbana podem se traduzir em ações práticas nas cidades. Ainda, serão apresentadas algumas aplicações da ideia de resiliência urbana, oriundas da proposição de atores distintos. Em seguida, será retomada a ideia de cidade como um sistema – fundamental para a sustentação do conceito de resiliência urbana – em perspectiva crítica. Por fim, a contextualização da resiliência urbana no contexto brasileiro permitirá uma análise crítica dessa aplicação.

2.1 APLICAÇÕES GERAIS

Para ilustrar a forma como a ideia de resiliência urbana é empregada, faz-se necessário apresentar algumas aplicações gerais da ideia, com foco naquelas que disseminam o discurso e coordenam as metodologias de aplicação. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é um grande canal de distribuição da ideia de resiliência urbana, bem como de outros termos e ideias complementares que surgem como possibilidades para a superação da crise climática ou para a mitigação de seus efeitos nas cidades.

Definida durante a Assembleia Geral das Nações Unidas de 2015, em Nova Iorque, a Agenda 2030 das Nações Unidas é estruturada a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre os 17 ODS estabelecidos, o décimo primeiro se chama 'Cidades e Comunidades

¹³ No original: *Urban resilience is shaped by who defines the agenda, whose resilience is being prioritized, and who benefits or loses as a result. We have argued in favor of building general adaptive capacity over adapting to specific threats, but priority areas, sectors, and hazards will undoubtedly differ from city to city.*

Sustentáveis’ e seu principal mote é “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (IPEA, 2019, on-line). Organizado em 10 metas e 15 indicadores para avaliação, o ODS 11 aborda o termo resiliência visando as ‘construções resilientes’ e a ‘resiliência a mudanças climáticas’, mas sem aprofundar ou escolher por alguma definição do que seria a resiliência, aplicada no contexto específico das cidades.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou um trabalho de tradução dos ODS e de adaptação das suas metas ao contexto brasileiro. Em uma das adaptações, o IPEA suprimiu a palavra ‘resiliência’ da Meta 11.c, trocando-a por ‘robustas’, bem como substituiu a palavra ‘materiais’ por ‘recursos’, buscando valorizar também a inclusão de “mão de obra local” na execução de construções (ibid., on-line, grifo nosso):

Nações Unidas

Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

Brasil

Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, priorizando recursos locais.

A Agenda 2030 é um trabalho que possui repercussão entre diversas organizações da sociedade civil e que se propõe a fazer pontes entre uma articulação supranacional e ações locais. Isso acontece principalmente a partir do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSCA2030), que é composto por autarquias públicas como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), grupos de pesquisa como o Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP), *think tanks* e grupos de *advocacy* como o Instituto Igarapé e o Instituto Pólis, respectivamente, entre outras.

Uma iniciativa complementar à Agenda 2030 é a iniciativa *Making Cities Resilient 2030* (MCR2030). Formada por subsidiárias temáticas das Nações Unidas, pelo Banco Mundial e por *think tanks* como a *Resilient Cities Network*, organização afiliada a Fundação Rockefeller, o MCR2030 é uma iniciativa de *advocacy* que visa compartilhar conteúdos informativos e estabelecer redes de

contato sobre resiliência entre organizações que atuam no desenvolvimento de cidades. Segundo dados da própria organização, fazem parte da iniciativa 1554 cidades em 80 países, com cerca de 490 milhões de pessoas vivendo em cidades vinculadas ao projeto. Só no Brasil, são 304 cidades participantes, abrangendo uma população de cerca de 85 milhões de habitantes (“Making Cities Resilient 2030”, [s.d.], on-line).

Ambas as iniciativas aqui citadas possuem sistemas (próprios ou organizados por entidades subsidiárias ou afiliadas) de monitoramento e *ranking*. São estratégias de acompanhamento e estímulo à competição, principalmente entre governos subnacionais, visando o atingimento de metas – mas que também funcionam como forma de condicionar a abertura de crédito por bancos internacionais ao cumprimento de requisitos. Sobre esse tema, Nascimento (2021, p. 329) analisa que:

O relatório *Financing investment in selected sdgs* (ONU 2018), mostra bem a discussão sobre os novos papéis do Estado e do capital financeiro para a construção de infraestruturas resilientes, promoção de uma industrialização do tipo inclusiva e sustentável e construção de cidades inclusivas, seguras, resilientes, sustentáveis e inteligentes, quando aborda as necessidades e possibilidades de financiamento para a realização dos 17 ODS, e os caminhos dos empréstimos e endividamento para entidades políticas subnacionais.

No caso da Agenda 2030, o GTSCA2030 organizou o VI Relatório Luz, que estuda a conjuntura atual e classifica o estado de cumprimento das metas em satisfatório, insuficiente, estagnada, ameaçada, retrocesso ou sem dados (GTSCA2030, 2022). No que diz respeito ao objetivo 11, o VI Relatório Luz aponta que em 7 das 10 metas houve retrocesso, enquanto duas avançaram de forma insuficiente (Meta 11.a e Meta 11.b) e sobre uma das metas não há dados (Meta 11.c). Considerando todas as metas de cada um dos ODS e passados 8 anos do lançamento da Agenda 2030 em Nova Iorque, apenas uma das metas obteve avanço satisfatório no Brasil (Meta 15.8), enquanto a ampla maioria sofreu retrocesso (ibid.).

Ainda que exista um engajamento internacional no tema, principalmente por entidades subnacionais e organizações da sociedade civil, as aplicações da resiliência disseminadas internacionalmente – principalmente pela Agenda 2030 – não obtiveram o impacto almejado no Brasil. Contudo, o contexto

brasileiro na pauta climática, principalmente durante o último governo, favorece a interpretação de que não havia qualquer agenda política para a aplicação de políticas públicas ligadas aos ODS. Essa conclusão, todavia, não impede uma análise sobre as premissas da ideia de resiliência urbana, principalmente no contexto das cidades brasileiras, verificando sua validade ou aplicabilidade.

2.2 A CIDADE COMO SISTEMA

Considerar a cidade como um sistema aparenta ser uma premissa para a ideia de resiliência urbana, principalmente a partir do trabalho de Meerow, Newell e Stults (2016). Os autores iniciam a discussão a partir da pluralidade de bases teóricas e campos de estudos que alimentam o debate da resiliência urbana. Em destaque, Meerow, Newell e Stults (2016) apresentam a base teórica dos sistemas socioecológicos. Em linhas gerais, essa base compreende que os sistemas ecológicos (ecossistemas) possuem múltiplos estágios de estabilidade – portanto a resiliência seria a capacidade do sistema ecológico de retornar a algum possível estágio funcional após sofrer um abalo.

Outra base teórica elencada foi reunida sob a concepção de sistemas sociotécnicos – termo contemplado na definição de resiliência urbana proposta por Meerow, Newell e Stults (ibid.) e apresentada na introdução deste capítulo – que reúne diversos campos de estudo, sob abordagens distintas da discussão ecológica, como: desastres naturais e gestão de riscos; ameaças; adaptação às mudanças climáticas; desenvolvimento internacional; engenharia; sistemas de energia; planejamento, entre outros (ibid.).

São diversas as tensões teóricas existentes entre os trabalhos analisados pelos autores, evidenciadas pela amplitude dos campos teóricos envolvidos na proposição de uma ideia de resiliência urbana. Uma das tensões teóricas identificadas é na própria definição do que é urbano (ibid.). Inclusive há nos trabalhos elencados uma sobreposição, existente entre a caracterização do que são os sistemas urbanos – componentes, elementos da cidade, infraestruturas etc. – e a caracterização da cidade como um sistema, na sua totalidade. Ambos dotados (ou podendo ser) de resiliência:

[...] muitas definições de resiliência urbana são um tanto quanto vagas sobre o que constitui uma área urbana ou

cidade [...] Dezessete dos 25 estudos reconhecem que áreas urbanas são complexas, com um número destas considerando as cidades como ‘sistemas complexos’ [...] Ademais, 14 das 25 publicações teorizam sistemas urbanos como compostos por ‘redes’. Outros ainda consideram as cidades como compostas por sistemas e redes. Desouza e Flanery (2013, p. 91), por exemplo, consideram as cidades como sistemas complexos em rede. Godschalk (2003, p. 141) caracterizam as cidades como ‘meta-sistemas complexos e dinâmicos’ compostos por ‘vínculos dinâmicos entre redes sociais e físicas’ (MEEROW; NEWELL; STULTS, 2016, p. 42–43, tradução nossa).¹⁴

De toda forma, as definições de urbano que são elencadas no trabalho estão envolvidas pela ideia de sistema. A estratégia escolhida pelos autores, na definição de resiliência urbana apresentada na introdução deste capítulo, é a de abarcar o máximo possível de compreensões, considerando assim que a resiliência urbana é uma característica do “sistema urbano – e todas as redes socioecológicas e sociotécnicas existentes entre escalas temporais e espaciais” (ibid., 2016, p. 39, tradução nossa).

A dificuldade para definir a relação entre cidade e o conceito de resiliência, para além da própria definição de resiliência urbana ser objeto de relevantes tensões teóricas, pode residir ainda na impossibilidade de definir a cidade como um sistema. Esse é o argumento de Baltazar (2010): a partir da perspectiva crítica de Karl Marx sobre o fetichismo das categorias econômicas e a subsequente interpretação socioespacial de James Anderson, considerar a cidade como um sistema torna a interpretação da cidade “facilmente limitada a relações entre áreas, ignorando as relações sociais entre grupos e classes” (BALTAZAR, 2010, p. 14).

Em sua crítica à economia política clássica – que tomava as categorias econômicas (mercadoria, valor, capital etc.) como “a-históricas”, independentes das relações sociais – Marx, segundo Saito (2021, p. 26):

¹⁴ No original: *Unfortunately, most definitions of urban resilience are rather vague with respect to what constitutes an urban area or city [...]. Seventeen of the 25 studies do acknowledge that urban areas are complex, with a number of these referring to cities as “complex systems” [...]. Furthermore, 14 out of 25 publications theorize urban systems as being composed of “networks.” Still others refer to cities as comprised of both systems and networks. Desouza and Flanery (2013, p. 91), for example, understand “cities as networked complex systems”. Godschalk (2003, p. 141) characterizes cities as “complex and dynamic metasystems” composed of “dynamic linkages of physical and social networks”.*

[...] compreende essas categorias econômicas como 'formas sociais específicas' e revela as relações sociais subjacentes que conferem validade objetiva a esse mundo invertido, no qual as coisas econômicas dominam os seres humanos.

Em abordagem semelhante, Anderson (1973, p. 2, tradução nossa) justifica que:

Porque o capitalismo necessariamente parece aos seus atores como algo diferente do que realmente é, o método de Marx é necessário. Ele foca nos fetichismos, nos quais as relações sociais surgem como relações entre coisas, e coisas criadas pelos homens dominam seus criadores. O 'fetichismo das mercadorias' exercita uma dominação genérica, disfarçada e impessoal (diferentemente da explícita dominação pessoal no feudalismo).¹⁵

Para Anderson (ibid., p. 3, tradução nossa), o fetichismo ocorre sobre o espaço, ao preterir as relações sociais da análise e tomando-as como relações entre áreas:

O 'fetichismo do espaço' é o conceito particular do geógrafo. Relações entre grupos ou classes sociais são apresentadas como relações entre áreas, obscurecendo (como no chauvinismo) as divisões sociais dentro das áreas. Conceitualizações abstratas e geométricas da 'forma' espacial podem ser criadas artificialmente contra o 'conteúdo' do espaço, obscurecendo-o ao negar a dialética entre 'conteúdo' e 'forma'.¹⁶

Baltazar (2010, p. 14) afirma que "Se o planejamento [urbano] for feito sob tal fetichismo, certamente tenderá a solucionar problemas espaciais superficiais, reforçando a lógica predominante da produção do espaço". Considerar a cidade como um sistema fechado seria, portanto, limitar as análises socioespaciais a uma relação entre áreas e, dessa forma, colocar as coisas criadas sobre as relações sociais que as produziram. A autora traça um paralelo entre os sistemas biológicos e a cidade, que:

¹⁵ No original: *Because capitalism necessarily appears to its agents as something other than it really is, Marx's method is necessary. It focuses on fetishisms in which social relations appear as relations between things and things created by men come to rule over their creators. The "fetichism of commodities" exercises a general, disguised and impersonal domination (unlike the undisguised personal domination in feudalism).*

¹⁶ No original: *The "fetichism of space" is the geographer's particular conceit. Relations between social groups or classes are presented as relations between areas, obscuring (as in chauvinism) the social divisions within areas. Abstract geometrical conceptualizations of spatial "form" may be artificially set against the social "content" of space, obscuring it by negating the dialectical relations of "content" and "form".*

[...] não tem número limitado de órgãos trabalhando uns em relação aos outros. [A cidade] Ela é feita de órgãos indeterminados, tais como relações sociais e espaço, e não é resiliente, em princípio. O que dá a impressão de que a cidade é um sistema, um corpo fechado determinado, é o fato de que, na maioria das vezes, o espaço é produzido sob regras heterônomas simplesmente reproduzindo as relações sociais de produção (ibid.).

A cidade, dessa forma, seria um mero produto das relações capitalistas, e não um espaço de potencialidades, de criação:

Em vez de produzir espaços acabados e resilientes, poderíamos propor interfaces com as quais as pessoas possam empreender apropriações temporárias de espaços, caminhando para uma mudança real, levando à sustentabilidade e, talvez, até ao decrescimento (ibid., p. 13)

As concepções e as proposições sobre o que compõe uma cidade mudaram e continuam a mudar ao longo do tempo, o que dificulta ainda mais o entendimento de cidade enquanto um sistema fechado. A concepção da cidade global do urbanismo moderno, por exemplo, difere em muito do ideário de cidade compacta – que têm como ponto de partida considerar os componentes urbanos como “sobrepósitos e imbricados, e não como áreas monotemáticas separadas por faixas de circulação” (MONTANER; MUXÍ, 2021, p. 69). Retomando o argumento de Baltazar (2010), o próprio processo histórico de valorização ou desvalorização de componentes urbanos, no sentido de considera-los ou não como parte funcional da cidade, reforça a dificuldade de considerar a cidade – ou grupamentos de seus componentes – como sistemas fechados:

Se fosse entendida como um sistema, organizado e resiliente, a cidade nunca acomodaria diferentes organizações, apesar de receber bem mudanças estruturais. Isso significa que a estrutura, os componentes físicos e suas inter-relações poderiam mudar, mas não sua organização, as relações sociais. As lutas de classes nunca cessariam, embora os atores e os estágios pudessem mudar (BALTAZAR, 2010, p. 16).

Não considerar a cidade como um sistema fechado pode ajudar a compreender por que as práticas de resiliência urbana são essencialmente difusas e possuem pouca repercussão no contexto brasileiro. Os conflitos teóricos entre os formuladores de conceituações possíveis para resiliência

urbana existem e são significativos, mas há um conflito prévio, estruturante. Este conflito reside no objeto em questão e impacta a aplicação do conceito: para superar o 'fetichismo do espaço'; para ser compreendida enquanto um produto de relações sociais e, portanto, poder ser transformada – tornar-se menos desigual, resistir às manifestações das mudanças climáticas, redistribuir os recursos urbanos etc. –, a cidade não pode ser caracterizada como um sistema fechado. Isso implica na impossibilidade de adjetivar a totalidade da cidade como resiliente, ou passível de ser resiliente. Para a cidade brasileira, considerá-la um sistema fechado impossibilita o próprio entendimento da sua formação, cujos processos sócio-históricos estão explícitos, materializados na paisagem.

2.3 APLICAÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, ao longo do século XX, as grandes cidades se formaram a partir das brechas fabricadas pelas populações, que encontraram e ainda encontram espaço para driblar o distanciamento imposto pelas classes dominantes e pelo valor fabricado da terra: instalando-se em locais centrais, conformando coabitações e, sem a infraestrutura necessária, adaptando-se, resistindo e reconstruindo. Analisando o contexto do surgimento da favela no Rio de Janeiro, Brum (2018, p. 110) retrata que:

Dizia-se na imprensa e entre autoridades, em meados do século XX, que a favela era uma solução para o morador, e um problema para a cidade. Na realidade, a favela foi uma solução para todos. Aos seus moradores, permitia uma moradia próxima ao mercado de trabalho e a uma mínima infraestrutura de comércio e serviços no entorno. O que possibilitou reduzir os custos de reprodução de grande parte da mão de obra de baixa qualificação da cidade do Rio, impedindo que um outro modelo de cidade surgisse. Não fossem as favelas a garantir esse enorme contingente de mão de obra próximo ao mercado de trabalho, os custos de habitação e/ou transporte teriam que entrar no cálculo dos salários.

Ainda, sobre as possibilidades de acesso à moradia no Brasil, Cardoso (2016, p. 29) afirma que:

[...] o acesso à habitação só se viabilizou através de processos de ocupação de terras ociosas e da autoconstrução da moradia, gerando assentamentos

insalubres, frequentemente ocupando áreas de risco e com a sua segurança física comprometida pela ausência de técnicas e de materiais adequados para a construção.

Essa autoconstrução e o modo de ocupação da terra conformou ruas, praças, locais de encontro, arranjos comunitários e padrões de organização espacial urbana que hoje são característicos das cidades brasileiras – ou melhor, de certas partes das cidades. Outras partes foram submetidas aos padrões de desenvolvimento urbano vigentes, sob respaldo acadêmico, político e econômico. Estes padrões, imaginados e executados ao longo do século XX, assim como o que destes se derivou em infraestrutura urbana, estão restritos à cidade formal, como afirma Maricato (2013, p. 192):

[...] como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina, esse modelo [planejamento urbano modernista], definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: na chamada cidade formal ou legal. A importação dos padrões do chamado "primeiro mundo", aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente.

Para além da aplicação “incompleta ou excludente” do planejamento urbano modernista à sua época, ainda não se estruturou no Brasil uma alternativa para a ação em escala e complexidade suficiente para combater a precariedade da cidade informal¹⁷. Assim, as formas históricas da produção de moradia – informal e precária – ainda se mantêm como guia da construção das cidades brasileiras, principalmente em duas maneiras:

A primeira, por meio de mecanismos de mercado, em que, desrespeitando as normas e os padrões mínimos de habitabilidade estabelecidos na legislação urbanística, agentes econômicos disponibilizam terra ou unidades habitacionais a preços mínimos capazes de ser assumidos por uma população empobrecida e com vínculos de trabalho frágeis. É o caso dos loteamentos periféricos populares e dos cortiços. A segunda forma,

¹⁷ Há uma grande dificuldade em quantificar a moradia e os assentamentos precários, tendo como referência nacional principal os dados sobre agrupamentos subnormais do IBGE. Entretanto, em uma metodologia estruturada a partir de uma série de correlações estatísticas entre a quantificação do IBGE e outros levantamentos com foco nas regiões metropolitanas brasileiras, Ferreira, Marques e Fusaro (2016) afirmam que 12,4 milhões de habitantes moram em assentamentos precários, o que configura 14% dos setores dos municípios por eles estudados.

por meio de ocupação espontânea, organizada ou não, de terras ou de imóveis vazios (CARDOSO, 2016, p. 33).

É importante analisar se há espaço para a resiliência no contexto urbano apresentado. Como exercício argumentativo, será considerado que a cidade é um sistema e, portanto, passível de resiliência. Qual é o estado de retorno almejado pelo 'sistema-cidade' após sofrer algum evento danoso?

Ainda no exercício, ao observar o processo de formação e reprodução das cidades brasileiras e ao considerar a resiliência como a capacidade das cidades em "lidar com a tendência, alteração ou evento danoso", mas mantendo sua "função, identidade e estrutura essencial"¹⁸, é possível considerar as cidades brasileiras como resilientes. São assim constituídas a partir dos assentamentos precários e enquanto reflexo da falta de oferta de moradia pelo investimento público ou privado. A informalidade e a precariedade, a partir da sua materialização persistente nas cidades, podem ser considerados produtos de estratégias de resiliência dos sistemas sociais, econômicos e ambientais.

Esse exercício argumentativo tem como objetivo a observação crítica desse conceito que, ao ser posicionado no debate nacional, não encontra uma fácil correspondência. A resiliência no contexto das cidades brasileiras se apresenta como uma ferramenta de manutenção do *status quo*. E o *status quo* da produção das cidades brasileiras é estruturado a partir da tensão existente entre a produção formal e informal. Sobre essa tensão, Maricato (2013, p. 165) afirma que:

A tensão existente entre a cidade formal e a cidade ilegal é dissimulada. Além dos investimentos públicos no sistema viário, a legislação urbanística se aplica à cidade "oficial" ("flexibilizada" pela pequena corrupção). Os serviços de manutenção das áreas públicas, da pavimentação, da iluminação e do paisagismo, aí são eficazes. Embora os equipamentos sociais se concentrem nos bairros de baixa renda, sua manutenção é sofrível. A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade. Mas a representação da "cidade" é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo.

¹⁸ Retomando nesse ponto o conceito de resiliência delineado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC (PACHAURI; MAYER; INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2015, tradução nossa).

A dissimulação é também a “tolerância do poder público”, como afirma Cardoso (2016, p. 34):

A ocupação ilegal de terras, a construção fora dos padrões urbanísticos e construtivos e a sobrevivência e o vigor de um mercado ilegal dependem substancialmente de uma certa tolerância do poder público. É certo que a história mostra várias iniciativas de remoção de favelas ou mesmo de legislações que buscam regular a produção de loteamentos. Mas estas sempre mostraram forte ambiguidade. Em um certo sentido, a baixa eficácia da legislação que proibia as favelas e os loteamentos irregulares e mesmo a proliferação dos conjuntos habitacionais que se tornam informais foram possíveis dada uma certa funcionalidade dessa “tolerância”, na construção do pacto populista e desenvolvimentista que marcou momentos significativos da história brasileira.

Portanto, a resiliência urbana enquanto modelo ou orientação para uma nova forma de fazer cidades, que favoreça a sobrevivência urbana frente às manifestações das mudanças climáticas, deve ser questionado, para que não seja mais um mecanismo sujeito à dissimulação da produção formal e informal da cidade. Afinal, a cidade formal – que começa a ser cerceada por diversas formas de manifestação da crise ambiental e sanitária – já possui os caminhos para produzir soluções: o monopólio do debate público, a apropriação do investimento público e a produção de infraestruturas de mitigação da crise climática. Para a cidade informal, que há muito se encontra em cenário de crise habitacional, ambiental e sanitária, quais são as alternativas? A mesma resiliência de sempre?

O planejamento de cidades que consigam prosperar dentro de um cenário de colapso deverá superar essa tensão dissimulada entre a formalidade e a informalidade. Isso significa absorver, enquanto princípio, que as iniciativas de combate aos efeitos das mudanças climáticas estão profundamente entrelaçadas à superação das desigualdades socioespaciais. Superar a tensão é assumir que, “se a meta é a redução das desigualdades, será preciso inverter as prioridades estabelecidas pelas forças hegemônicas que secularmente controlam a produção do espaço urbano” (SUGAI, 2015, p. 198). Inverter as prioridades estabelecidas é considerar que, independentemente de como se manifesta a mudança climática, sejam tempestades tropicais, alagamento costeiro, enxurradas, secas, ondas de calor,

má qualidade do ar, água contaminada ou outro fenômeno, estão em jogo as vidas humanas e seus meios de subsistência (FINN; EVANS; REED, 2022). Os impactos serão sempre maximizados em cenários de vulnerabilidade socioeconômica.

3 PERSPECTIVAS DE AÇÃO CLIMÁTICA NAS CIDADES BRASILEIRAS

Ao colocar a ideia de resiliência urbana em perspectiva, uma conclusão preliminar é que a proposição de novas ações e novos discursos para as cidades deve estar orientada para a criação de soluções efetivas para a crise climática, visando o combate das suas manifestações no Brasil – ou seja, propostas corretamente contextualizadas com a realidade socioeconômica, cultural e política local. Os prognósticos há muito apontam que será cada vez mais difícil a vida nas cidades, principalmente a vida do grande contingente populacional brasileiro que habita em áreas costeiras. Sobreviver nas cidades brasileiras, entretanto, já é tarefa árdua e do tempo presente. A conjuntura atual é um ponto de inflexão – que pode ser um ponto de não retorno, como afirmam Acosta e Brand (2018, p. 16):

[...] acreditamos estar diante de uma crise civilizatória — o que supõe dizer que o sistema está começando a transitar por um caminho sem volta. Isso não significa necessariamente que outra forma de barbárie não esteja se avizinhandando. Para evitá-la, portanto, precisamos de soluções estruturais, até mesmo para impedir os enormes colapsos políticos, sociais e ambientais que já começam a ser sentidos nas regiões mais vulneráveis do planeta.

É, portanto, necessária a identificação e a construção de alternativas calcadas na construção social e na produção local de conhecimento, propondo formas de organização e estabelecimento de relações sociais que superem a racionalidade capitalista contemporânea. Afinal, ainda que a organização social atual não possua prazo de validade, os alicerces do modo de produção estão em estado de decomposição e os reflexos são visíveis, pois estão materializados no espaço urbano. Um destes alicerces é o racismo, que para Robert Bullard (apud. PACHECO, 2008, p. 717, tradução nossa), “é um fator poderoso na distribuição seletiva da população em seu ambiente físico; influencia o uso da terra, padrões de habitação e desenvolvimento de infraestrutura”¹⁹.

A proposição de novos alicerces para uma outra forma social possível é um desafio encarado por diversos movimentos sociais e ambientalistas, que

¹⁹ No original: “*Racism is a powerful factor in the selective distribution of people in their physical environment; it influences land-use, housing patterns and the development of infra-structure*”.

enfrentam o *status quo* ao idealizar e criar, em “espaços prefigurativos”, novas formas de organização social, política e institucional (COLOSSO, 2020, p. 375). Na ação e proposição de novos modelos de cidade e de sociedade, contudo, é importante que não exista separação entre a defesa da pauta ambiental nas cidades e a superação das injustiças sociais. Além de ambas estarem materializadas no espaço urbano, Pacheco (2008, p. 717, tradução nossa, grifo nosso)²⁰ afirma que as:

[...] injustiças sociais e ambientais não apenas compartilham a mesma origem, mas se retroalimentam. É precisamente essa lógica que cria a pobreza para alguns, enquanto permite a riqueza ultrajante para outros. Render-se a um modelo de desenvolvimento que é cada vez mais excludente torna as autoridades coniventes, ou ao menos omissas sobre estes fatos. Eles fecham os olhos para o desrespeito às leis trabalhistas e ambientais, subsidiando ou reduzindo impostos para atrair empresas, mesmo quando isso é danoso para o meio ambiente e para os trabalhadores, leiloando recursos naturais e humanos.

Sobre a materialização da crise ambiental e da desigualdade social no espaço urbano, Maricato (2013, p. 163, grifo nosso) atesta:

As áreas ambientalmente frágeis [...] são as que ‘sobram’ para a moradia de grande parte da população. As consequências são muitas: poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, banalização de mortes por desmoronamentos, enchentes, epidemias etc.

Isolar a crise ambiental de quaisquer outras demandas sociais, políticas e econômicas gera complicações, principalmente para o desenho de ações e políticas públicas complexas que contemplem as estratégias necessárias para começar a resolvê-las ou mitigá-las. As demandas devem ser compreendidas enquanto elementos e manifestações de uma mesma crise global do modo de produção capitalista, imbricada no espaço urbano. Sobre estratégias políticas e econômicas para a superação das desigualdades no contexto do Sul Global, Acosta e Brand (2018, p. 15) afirmam que:

²⁰ No original: “[...] *social and environmental injustices not only share the same origins but feed off each other. It is precisely this logic that creates degradation for some, while allowing outrageous wealth for others. Surrendering to a development model that is increasingly exclusionary makes the authorities opt for connivance, or at least to overlook these facts. They close their eyes to the flouting of labour and environmental laws, subsidise or reduce taxes to attract companies, even when this is harmful to the environment and to the workers themselves, and carry out veritable auctions of human and natural resources*”.

Não basta fazer remendos ou reativar a economia aumentando a demanda e os investimentos públicos, como se fez outras vezes, em outras crises. As respostas de curto prazo devem ser necessariamente pensadas e aplicadas considerando-se os desafios estruturais e as metas de médio e longo prazo. Não é mais possível retomar a trilha perdida e acreditar que ela nos levará ao restabelecimento da ordem anterior.

Tampouco é viável recorrer às propostas que promovem, sobre o espaço urbano e as manifestações da crise climática que nele ocorrem, uma importação alienante de significados e técnicas:

O espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica. As políticas urbanas, ignoradas por praticamente todas as instituições brasileiras, cobram um papel importante na ampliação da democracia e da cidadania. Para começar, quando se pretende desmontar o simulacro para colocar em seu lugar o real, os urbanistas deveriam reivindicar a adoção de indicadores sociais e urbanísticos que pudessem constituir parâmetros/antídotos contra a mentira que perpetua a desigualdade (MARICATO, 2013, p. 168).

Assumir a complexidade da crise enquanto ponto de partida é, portanto, reconhecer que as soluções para a crise climática e suas manifestações nas cidades brasileiras não podem ser superficiais ou calcadas em imposições internacionais, mas sim devem ser complexas a ponto de enfrentar a lógica vigente do modo de produção capitalista global:

A crise provocada pela superação dos limites da Natureza conduz necessariamente a questionamentos sobre a atual institucionalidade e organização sociopolítica, sem cair nas armadilhas de suas elaborações conceituais e teóricas, que apenas permitiriam sua modernização. Devemos ter em mente que, na crise ecológica, não apenas se sobrecarregam, distorcem, esgotam os recursos do ecossistema, mas também os “sistemas de funcionamento social”; em outras palavras, exige-se demasiado das formas institucionalizadas de regulação social; a sociedade se converte em um risco ecológico (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 90, grifo nosso).

Há, portanto, uma relação de dependência e submissão produtiva de ordem global que impacta a configuração urbana brasileira, afetando a capacidade ou o descaminho de investimentos em infraestrutura urbana elementar; uma relação que garante o modo de vida imperial do Norte Global e

subjuga as cidades do Sul Global à escassez de recursos e à precariedade; uma relação que consolida o espaço urbano, segundo Maricato (2013, p. 168), como “instância ativa para a dominação econômica ou ideológica”.

As propostas alinhadas com a ideia de resiliência urbana para as cidades possuem característica similar às propostas que são ofertadas para a crise climática como um todo. Essa característica é a perspectiva do Norte Global, que gera também reflexos no comportamento e na ânsia de ‘ser e parecer’ de muitas elites políticas do próprio Sul Global, mas também de certos estratos da população. Acosta e Brand (2018, p. 102) relatam, especificamente sobre a América Latina, que:

[...] os estratos médios latino-americanos aspiram de maneira permanente ao modo de vida imperial. Isso faz com que seja complexo criticá-lo, uma vez que, embora seja inalcançável para a grande maioria da população, o modo de vida imperial se mostra atrativo e avança cada vez mais.

No âmbito das cidades, a perspectiva do Norte Global possui repercussão na cidade formal, território em que poderá existir similaridade com o Modo de Vida Imperial do Norte Global, onde há também repercussão de conceitos com caráter meritocrático e/ou individualista:

Narrativas e conceitos como o de resiliência surgem em momentos de crise social muito grande e tentam culpabilizar e condenar os indivíduos pelo fracasso social, profissional ou de não terem se preparado de forma correta para eventos naturais extremos e cada vez mais constantes, cria-se assim a ideia da privatização e individualização do fracasso ligado a criação de um consenso que leva os indivíduos a aceitarem as injustiças socioespaciais e/ou socioambientais como resultado de sua única e exclusiva culpa (NASCIMENTO, 2021, p. 332).

Por essa superficialidade intencional propositiva é que, como afirmam Acosta e Brand (2018, p. 74), as “propostas para transformar a sociedade residem nos níveis estruturais e institucionais, nas relações de força, no imaginário e também nas práticas”. O decrescimento e o pós-extrativismo são um possível caminho para essa articulação:

O decrescimento e o pós-extrativismo são as duas alternativas mais promissoras ao nosso alcance. O decrescimento [...] se dá em países industrializados, sobretudo na Europa. O pós-extrativismo ocorre na América Latina e também em outras regiões do

indevidamente chamado “mundo subdesenvolvido”, e está intimamente ligado às noções de pós-desenvolvimento (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 13).

Ainda, para Baltazar (2010, p. 4), opor-se ao crescimento é também uma contraposição à ideia de resiliência no ambiente urbano:

Opor-se ao crescimento significa também opor-se à resiliência, pois assumimos desde o início que não queremos manter as relações (modos sociais de produção), como elas são. Isto só faz sentido se fingirmos que o ambiente urbano se comporta como um sistema biológico que precisa ser resiliente para absorver mudanças e manter-se como um ‘sistema’

O que está em jogo para as forças hegemônicas que controlam a produção do espaço urbano brasileiro é a manutenção do *status quo* e do lucro resultante, mesmo que o horizonte do colapso não ofereça ao *status quo* uma grande sobrevida. Afinal, as estruturas e as práticas do modo de produção capitalista já demonstraram grande versatilidade para transformar o dano ambiental em produto, esgarçando ao máximo a capacidade dos sistemas para obtenção de lucro:

Um exemplo global de como o desperdício se converte em negócio é o processamento de combustíveis fósseis. Se queremos deixar de emitir gases causadores de efeito estufa, não podemos seguir consumindo petróleo, carvão ou gás. No entanto, ao invés de reduzir a produção e o consumo de combustíveis fósseis, surgiu um novo negócio em torno desse desperdício: o mercado de carbono (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 52)

No contexto da crise climática, todos serão afetados, mas sempre de forma desigual. Nas cidades brasileiras, serão atingidos primeiro aqueles com o menor acesso à formalidade, às infraestruturas básicas urbanas, ao investimento público e ao interesse econômico privado. Enquanto a cidade formal tem os mecanismos e as ferramentas derivadas das ideias de resiliência urbana e outros conceitos como possibilidades para resistir às manifestações da crise climática, a cidade informal não possui o mínimo: a infraestrutura básica necessária para buscar alguma mudança. Como afirma Nascimento (2021, p. 320–321):

Nos países de economia dependente do sul global, o espaço urbano produzido possui um alto padrão de desigualdade e se encontra mais suscetível a conformação de riscos e de vulnerabilidades sociais e

ambientais. Seus governos passam a utilizar uma série de dispositivos [...] como soluções ilusórias [...] ligadas a um discurso de um possível desenvolvimento sustentável. A saber: conceitos como os de urbanização sustentável, sustentabilidade urbana, cidades inteligentes, inclusivas, verdes, emergentes e resilientes [...] e o mercado de títulos verdes, entre outros.

Nascimento (ibid., p. 325) retrata que estes dispositivos impostos ao Sul Global conformam “um meio para abertura de novos e grandes negócios ligados à produção do espaço”. É preciso, portanto, superar os dispositivos importados ou forçados às cidades e aos governos subnacionais do Sul Global enquanto única alternativa para a sua sobrevivência ou para a superação de crises variadas (ibid.). Assim, as cidades poderão, enfim, ser palco e o produto de uma reorganização das práticas sociais e do desenvolvimento de novas perspectivas para a vida urbana no contexto da crise climática.

3.1 CAMINHOS E POSSIBILIDADES

A gravidade da crise climática exige uma mudança nas prioridades do planejamento urbano, vinculando-o às políticas ambientais e com foco no combate à precariedade. A prioridade nas cidades brasileiras deve ser a sobrevivência, que poderá ser garantida em uma cidade reorganizada a partir de uma concertação entre práticas e políticas sociais, urbanas e ambientais.

Como ponto de partida para discutir novos caminhos e possibilidades, bem como sob a guia da discussão pregressa deste ensaio, uma concertação entre práticas e políticas deve compreender o antropoceno e redefinir o alcance da espécie humana na transformação da natureza e das demais espécies. Construir um acordo ético-político, como afirmou Félix Guattari (2007, p. 2), “entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana)”.

A ação da espécie humana pode, a partir do espaço urbano, criar caminhos para esse acordo ao promover a gestão responsável da natureza – enquanto elemento constituinte das cidades, não algo a parte. Isso engloba também o reaproveitamento e a redistribuição essencialmente democrática dos elementos da natureza, que já foram transformados ou industrializados para emprego nas cidades. Trata-se, portanto, de identificar e propor para a gestão

urbana as práticas que se aproximam da perspectiva do decrescimento e do pós-extrativismo. Para Montaner e Muxí (2021, p. 145):

[...] mais do que o crescimento e o desenvolvimento, o que realmente tem valor na gestão urbana é a manutenção, a reabilitação, a remodelação e as transformações pontuais, dentro dos objetivos de sustentabilidade. [...] Trata-se do desafio de economizar meios e da sustentabilidade, compreendida como aposta de funcionamento adequado ao longo do tempo.

A boa gestão dos recursos urbanos já consolidados, visando a sustentabilidade, é um princípio que pode ser compartilhado entre os contextos do Norte e do Sul Global, desde que sob a compreensão da diferença brutal entre o padrão de consumo e as condições da urbanização de cada contexto. A ideia de sustentabilidade toma formas diferentes para o Sul e para o Norte Global. A perspectiva de Montaner e Muxí (2021) é um importante ponto de partida para que sejam estimuladas outras formas de planejar cidade, mas os próprios autores contextualizam sua abordagem à realidade urbana que puderam intervir enquanto atores da gestão de cidades espanholas. E é sob essa perspectiva, ao nosso ver corretamente contextualizada, que os autores argumentam que:

[...] o modelo de República ideal de Platão, governada de maneira restrita e contínua por sábios, não deu bons resultados e está cada vez mais distante da realidade de um mundo em evolução. Hoje, a política não pode ser feita de uma perspectiva do despotismo ilustrado ou de planos restritos previamente concebidos, mas sim da perspectiva da capacidade de atender a complexidade da realidade e dos acontecimentos, escutando com empatia e desde a origem se preparando e se adaptando às contínuas mudanças (MONTANER; MUXÍ, 2021, p. 49, grifo nosso).

Não se trata, portanto, de importar soluções ou modelos do Norte Global para as cidades do Sul Global. Ao desenvolver possibilidades para a gestão urbana no Sul Global – que também sejam respostas para as atuais e futuras manifestações da crise climática nas cidades, ou seja, visando obter a “capacidade de atender a complexidade da realidade e dos acontecimentos” desejada (ibid.) – não deverá existir espaço para a implantação de estratégias desvinculadas dos territórios e daqueles que o conformam: as populações locais e sua bagagem sociocultural. Não apenas como espectadores, como

objeto de políticas públicas ou mesmo como participantes em um processo de elaboração de políticas urbanas: é necessário discutir possibilidades que incluam as populações nas formas de gestão e de governo.

A agilidade necessária para conter ou reorganizar-se frente a descaracterização da paisagem urbana, que frequentemente ocorre após diversas manifestações da crise climática, é um dos elementos que reforça o debate sobre outras formas de gestão e governo das cidades. Fomentar essa discussão tem um objetivo claro: ir além de estratégias de caráter estritamente preventivo ou mitigador, diferenciando-se da proposição de resiliência urbana ou de outras ideias que, intencionalmente ou não, colaboram para a manutenção do *status quo* desde as suas premissas. Estruturar novas instituições é também um movimento em direção a uma nova organização de sociedade que, sob novas práticas espaciais, não seja mais uma manifestação – ou mesmo uma suavização dos resultados destruidores – da racionalidade produtiva neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2017; SOUZA, 2010).

Souza (2010, p. 22) argumenta que “pretender mudar as relações sociais sem mudar a organização espacial (não somente o substrato material, mas os territórios e as “imagens de lugar”) seria um contrassenso”. O autor reforça também o legado de Henri Lefebvre, que consolida a imbricada relação entre as práticas sociais e o espaço, ao considerar que “o espaço é, ao mesmo tempo, um produto e um condicionador das relações sociais, muito embora esse papel de condicionamento seja compreendido de modo felizmente não-determinista” (ibid.). Ainda sobre a proposição de Lefebvre, Tonucci Filho e Cruz (2019, p. 500) complementam que “o urbano [...] não pode ser reduzido a um processo dominado pela lógica de acumulação do capital, pois contém também as possibilidades gestadas na vida cotidiana”.

A “vida cotidiana” transforma e é transformada em territórios e por suas práticas, que há muito superam a dicotomia entre público e privado. Segundo Tonucci Filho e Cruz (2019, p. 489):

[...] práticas e espaços tidos como pré-modernos, arcaicos e informais, nas favelas, periferias e outros territórios populares urbanos, começam a ser reconhecidos pelas suas potências de comunalidade, compartilhamento e cooperação.

Colosso (2020, p. 374) faz um alerta sobre a importância desses espaços já consolidados e outros espaços que surgem e potencializam os vínculos:

É preciso saber identificar onde estão os espaços que prefiguram formas democráticas de viver juntos, onde se tecem vínculos, cuidado recíproco, cultivo à participação e inteligência coletiva no destino em comum. É preciso manter-se atento a esses espaços, porque o pensamento crítico não pode se distanciar da ação, das práticas.

A formação de vínculos no espaço urbano é um dos elementos que constituem a agenda do comum nas cidades, por justamente ser um facilitador da construção de ações coletivas e da tomada de protagonismo das populações. Isso significa a possibilidade da criação, execução e vivência em um espaço urbano menos desigual em todos os seus aspectos, complexificando o acordo ético-político proposto por Guattari (2007) ao introduzir demais elementos sociopolíticos. Esses, cuja luta também se dá nas cidades, devem ser parte estruturante de um acordo dos comuns urbanos:

O objetivo central da agenda do urbanismo do comum é que as pessoas e as comunidades sejam responsáveis e protagonistas da política, e que a proteção da vida das pessoas e do planeta seja o cerne dos valores que norteiam a política, colocando a vida cotidiana no centro [...]. É por isso que o comum e a cooperativa formam a esfera que está mais próxima do mundo dos cuidados e do trabalho. E se a luta pela igualdade é autêntica, surge a partir da iniciativa das mulheres, é feminista. E a defesa do comum se relaciona com as ideias ecofeministas, com as noções de interdependência e ecodependência (MONTANER; MUXÍ, 2021, p. 9).

Assim, considerando o urbanismo como uma ferramenta de redistribuição e um elemento do comum,²¹ caberá ao planejamento dos comuns urbanos a discussão sobre equidade e redistribuição, visando a mudança do *status quo*:

A redistribuição dos recursos naturais, da riqueza e da renda, com critérios de equidade, assim como a democratização do acesso a recursos econômicos, como o crédito, está na base das alternativas econômicas, ou seja, de uma economia solidária, incluindo cooperativas e

²¹ Utiliza-se o termo “elemento do comum” como forma de evitar a classificação jurídico-econômicas de “bem”, empregada por Montaner e Muxí (2021), mas cuja definição, segundo Dardot e Laval (2017) possui implicações diretas na caracterização do comum enquanto princípio político.

economias comunitárias, autogeridas e públicas (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 79).

A parte que cabe ao urbano na mudança do *status quo* demanda aos territórios e seus habitantes a construção de novas relações de proximidade. Essas relações de proximidade possuem um papel de viabilizar a gestão das vizinhanças, bairros e cidades, mas não somente: são caminho para o estabelecimento de uma vivência menos desigual e profundamente democrática, compreendendo que as cidades podem ser espaços de potência, e o urbanismo um meio de criação, de igualdade e de defesa da boa vida:

Acima dos lugares da privacidade e do trabalho, o urbanismo planeja o espaço urbano, define os fluxos de circulação, os espaços públicos e as áreas verdes, os equipamentos e os padrões, defende o direito ao ar livre, ao sol e à água. O urbanismo deveria ser, portanto, uma ferramenta de redistribuição (MONTANER; MUXÍ, 2021, p. 90).

No entanto, as relações de proximidade não se constituem apenas a partir de relações de autogestão – que “limita-se à dimensão da organização e só diz respeito à administração das coisas” (ibid., 2017, p. 485) – mas principalmente do estabelecimento de instituições de autogoverno. Para Dardot e Laval (ibid., p. 486):

[...] uma política deliberada do comum visará criar instituições de autogoverno que possibilitem o desenvolvimento mais livre possível desse agir comum, dentro dos limites estabelecidos pelas sociedades, isto é, conforme as regras de justiça estabelecidas por elas e com as quais elas estarão de acordo.

Esse agir comum, para Dardot e Laval (ibid., p. 25), é a forma como os “homens se engajam juntos numa mesma tarefa e, agindo desse modo, produzem normas morais e jurídicas que regulam sua ação”. Concepção complementar, e voltada à apreensão do território na lógica do que é ou pode ser comum, é à reflexão de Montaner e Muxí (2021, p. 34–35): “[...] as relações entre as pessoas, por meio de atividades diárias e repetitivas, que potencializam a familiaridade dos habitantes em um território”.

Há na familiaridade um ponto de partida para o estabelecimento de obrigações também entre os habitantes do território, parte fundamental da construção do autogoverno e instituições correlatas no contexto urbano. As instituições que são fruto a partir do agir comum são, portanto, instituições

forjadas sob o princípio político do comum, que tem na coobrigação um ponto estruturante:

'Existe obrigação apenas entre os que participam de uma mesma atividade ou de uma mesma tarefa'. Exclui-se, como consequência, a possibilidade de a obrigação se fundamentar num pertencimento que seria independente da atividade (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 25).

Importante definir que as relações de proximidade aqui mencionadas são práticas espaciais alternativas às práticas espaciais habituais, portanto não são uma questão meramente de afinidade ou de companheirismo. Tanto as relações de proximidade como a familiaridade dos indivíduos ao território, citadas aqui como formas de estimular o agir comum, são construções: produto de luta urbana. Essa concepção está intrinsecamente ligada ao entendimento do princípio político do comum:

Nem as boas intenções, nem as reações da consciência algum dia serão suficientes para fazer uma política que se oponha realmente ao capitalismo. E, se o comum se referisse apenas à “boa vida”, à “harmonia com a natureza” ou ao “elo social”, não haveria muita coisa a dizer sobre ele: os tratados morais seriam suficientes” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 23)

Considerar-se-á a definição de práticas espaciais dada por Souza (2010, p. 23) que, a partir da reflexão de Lefebvre, entende que:

Nenhuma prática humana é totalmente independente do espaço social, mas ocorre que algumas se mostram apenas limitadamente dependentes da dimensão espacial da sociedade, ao passo que outras se acham forte e diretamente impregnadas dessa dimensão, em aspectos que vão da identidade à organização. São estas últimas que merecem, no entendimento do autor destas linhas, a designação simplificada de práticas espaciais, as quais são “práticas sociais densas de espacialidade”.

As práticas humanas ou práticas sociais são precisamente a “criação do mundo social”, o “fazer histórico”, como justificam Dardot e Laval (2017, p. 446) ao introduzir o pensamento de Cornelius Castoriadis (1922-1997):

Como é feita essa criação [da história]? Para Castoriadis, essa é a questão de fundo e o ponto de partida. [...] A história é o elemento do novo, do radicalmente novo. É esse radicalmente novo que é preciso tornar inteligível, e não a variação do existente (ibid.).

As práticas espaciais são, igualmente, a criação de novas relações sociais com repercussão obrigatória no espaço. Organizar novas formas de morar, de usar, de distribuir, de governar ou de institucionalizar o espaço urbano – formas distintas da racionalidade neoliberal vigente – são, portanto, a construção de uma sociedade na qual seja possível sobreviver no cenário de colapso ambiental. Em um esforço para estender o pensamento de Castoriadis sobre o espaço social, Souza (2010, p. 23) afirma que:

As práticas espaciais têm servido, obviamente, tanto à dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade (ou seja, do *nómos*, ou dos *nómoi*) – em uma palavra, à heteronomia – , quanto à emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima, ao autogoverno, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente – em uma palavra, à autonomia.

Assim, como o objetivo deste capítulo é começar a superar essas armadilhas do discurso de combate às manifestações da crise climática nas cidades do Sul Global, deve-se discutir possibilidades para as cidades brasileiras a luz do princípio político do comum e das práticas espaciais que potencializam novas relações sociais. Se o princípio político do comum nos aproxima da ideia de autogoverno e do agir comum – e todas as repercussões na cidade que podem surgir a partir da ação comum autônoma – as práticas espaciais de caráter autônomo viabilizam a criação de novos arranjos de uso, ocupação e gestão da terra. Dessa forma, para além de outros modos de governo, também entram em questão outras formas de relação de propriedade e direito de uso da terra. Compartilhar, cooperar e tornar comum são também movimentos de criação e de transformação de vivências em potenciais novas relações sociais e suas formas urbanas – inalienáveis das relações de propriedade. Colosso (2020, p. 371–372) afirma que:

[...] é preciso abrir espaços de respiro e de contágio. Espaços prefigurativos, que atualizem aqui e agora a experiência de uma sociedade que se quer construir. Esses espaços aceleram uma dinâmica de transformação e o desejo de algo outro, radicalmente diferente do que esse mundo medíocre e mesquinho em que fomos colocados.

As comunidades engajadas, os movimentos sociais e demais grupos já experimentaram e seguem elaborando novas formas de gestão da terra.

Reside na questão da propriedade – novas formas de gestão, uso, atribuição – muitas das possibilidades para a quebra das relações sociais atuais e para a não reprodução de soluções superficiais e hegemônicas, dentro da lógica da agenda urbana globalizada:

[...] nas metrópoles do sul global, o fazer comum, há muito tempo, encontra-se incorporado nas favelas, periferias e espaços designados aos pobres urbanos, devido ao entrelaçamento entre estratégias de sobrevivência, informalidade, engenhosidade coletiva e reprodução social (Tonucci Filho e Cruz, 2019, p. 502)

Ao planejar as cidades do Sul Global para as manifestações das mudanças climáticas, precisamos vincular ao debate uma reorganização dos modos de propriedade urbana, sob formas que também colaborem para a oferta de alternativas e para a agilidade de adaptação a um território abalado. Se já sabemos que os impactos da crise climática atingirão primeiro os mais vulneráveis, aqueles que vivem em situação de insegurança edilícia; que sofrem com a falta de condições de habitabilidade e com o ônus excessivo do aluguel; que vivem em áreas de risco – ou que se tornarão área de risco com o tempo, o as práticas espaciais devem aproximar e desenvolver ferramentas para que a propriedade privada não seja obstáculo à sobrevivência:

Necessitamos discutir crítica e democraticamente o que é que podemos assumir como comum, e então assegurá-lo a toda a sociedade mediante leis, reconhecimentos e recursos materiais. O que é legítimo? O que não é? É preciso responder a estas perguntas sem se afogar no pluralismo e sem abandonar as soluções radicais — ou seja, as soluções que vão à raiz dos problemas (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 109).

A solução radical não passa pela busca por uma inovação por si só, mas por algo que está cristalino a partir da sua materialização nas cidades, enquanto elemento chave do fazer histórico da humanidade. Superar as formas de apropriação privada das terras e a proposição de formas espaciais que superem o paradigma da propriedade privada não são algo novo:

A ideiação de formas coletivas de gestão de terras é antiga ao longo da história da humanidade e existem diversas formas costumeiras de ocupação e de uso de terras comunais, que podem ser vistas principalmente em sistemas consuetudinários de propriedade como o das comunidades indígenas e povos tradicionais, mas que também podemos ver em formas contemporâneas de propriedade coletiva da terra, principalmente aquelas

ligadas às comunidades agrícolas e coletivos de trabalho autogestionado (RIBEIRO; ANTÃO, 2021, p. 191).

Retoma-se aqui um argumento trazido no primeiro capítulo, sobre a preservação do meio ambiente a partir das comunidades indígenas e dos povos tradicionais, organizados para gerir a terra de forma coletiva e protegidos também por essa organização. São estes os mais eficazes na proteção da natureza – mesmo sendo muito diferentes entre si, muitos povos compartilham a compreensão e o compromisso com o equilíbrio da natureza (TAULI-CORPUZ; ALCORN; MOLNAR, 2018).

Perspectiva completamente oposta à das sociedades capitalistas que, sob o instituto da propriedade privada e da consideração das demais categorias econômicas como precedentes às relações sociais, aliena-se da natureza (SAITO, 2021). Ao retomar Karl Marx – cuja abordagem no segundo capítulo deste trabalho introduziu o tema do fetichismo das categorias econômicas e, em sequência, do fetichismo do espaço – torna-se possível identificar que a alienação entre homem e natureza, que é definida por Marx a partir do conceito de metabolismo, é característica das sociedades capitalistas. Segundo Saito (2021, p. 25):

O conceito de metabolismo permitiu a ele [Karl Marx] não apenas compreender as condições naturais universais transistóricas da produção humana, mas também investigar suas transformações históricas radicais sob o desenvolvimento do sistema moderno de produção e o crescimento das forças de produção. Em outras palavras, Marx examinou como a dinâmica historicamente específica da produção capitalista, mediada por categorias econômicas reificadas, constitui formas particulares de práxis social humana em relação à natureza – a saber, a subordinação da natureza às necessidades de máxima acumulação de capital – e como várias desarmonias e discrepâncias na natureza devem emergir dessa deformação capitalista do metabolismo universal da natureza.

A oposição à reificação das categorias econômicas é parte fundamental da instituição dos comuns e, por consequência, dos comuns no espaço urbano. As práticas sociais podem reestruturar as formas econômicas, principalmente quebrando o paradigma da propriedade privada – o que estimulará práticas espaciais não submissas ao julgo de um ou de uns. As práticas espaciais

podem, ainda, ser um caminho para a retomada da relação entre a humanidade e a natureza, superando a alienação que estrutura o capitalismo.

Não se trata de viver em 'harmonia' com a natureza, ou de 'retomar um elo' com as origens ou com outras espécies. Se trata de formalizar um acordo ético-político, de coobrigação, com base no agir comum, e que ajuste as práticas espaciais e urbanas da espécie humana para manter o equilíbrio ecológico e instituir o governo dos comuns nas cidades.

CONCLUSÃO

Algumas lacunas deste trabalho foram identificadas durante a elaboração. Outras tantas poderão ser encontradas, caso o ensaio consiga cumprir seu papel e sua função principal no fazer científico: ser lido e criticado. Como forma de iniciar a crítica a partir da autocrítica, seguem algumas lacunas que, ao nosso ver, agregariam ao trabalho e à continuação do recorte de pesquisa:

- 1) Ampliar as análises sobre a cooperação internacional, para além das premissas da extrema-direita global. Entende-se aqui que a gravidade do cenário brasileiro após o Governo Bolsonaro exigiu que o foco da discussão fosse o reposicionamento do Brasil no cenário;
- 2) Reforçar a discussão teórica sobre alguns dos temas dos referenciais estruturantes, como nomeados na introdução deste trabalho, e que basearam partes importantes da argumentação. Conceitos como hegemonia, Estado, autonomia e heteronomia poderiam ser mais aprofundados dentro do recorte escolhido de pesquisa;
- 3) Realizar estudos de caso, principalmente analisando exemplos de ‘espaços de prefiguração’ que já executam formas de autogoverno ou de disputa do paradigma da propriedade privada;
- 4) Aproximar mais a discussão realizada dos autores que debatem a ‘urbanização planetária’ neoliberal e fazem críticas à agenda urbana global. Esse é um tema que foi apenas tangenciado no trabalho, justamente por ter sido compreendido enquanto uma linha específica de discussão de teoria urbana apenas ao final do período estipulado para a pesquisa.

Importante relatar que esse trabalho não é fruto de uma experiência linear. Este ensaio e o seu autor foram expostos a uma série de contradições e conflitos, tanto teóricos como pessoais, motivados pelo volume de leituras feitas e pelas experiências vividas, tanto profissionais como de atuação política. Muito mais que uma tarefa para a conclusão de um curso, essa foi uma oportunidade para autoavaliação e para abrir novos caminhos de militância política. Caminhos de transformação.

Apresentadas as lacunas e feita a principal consideração preliminar, reafirma-se aqui o objetivo principal deste trabalho: a análise dos limites e das potencialidades da resiliência urbana, considerando-a enquanto um caminho para formular propostas de combate às manifestações da crise climática e no recorte das cidades brasileiras. Utilizou-se também a perspectiva das cidades do Sul Global para essa análise, incluindo as cidades brasileiras neste escopo. Assim, este trabalho compreende que a ideia de resiliência urbana pode ser aplicada pontualmente, com foco em infraestruturas urbanas específicas, mas sem a característica de amplitude e homogeneidade que se impõe ao almejar uma ‘cidade resiliente’, ou ao ter a resiliência urbana como princípio para orientar o planejamento das cidades diante das mudanças climáticas.

Não deverá ser considerada resiliente a cidade brasileira – enquanto método ou princípio – pois não há espaço no contexto urbano brasileiro para a execução da premissa conceitual, que é a manutenção do *status quo* no ambiente urbano. A transformação urbana no Brasil e em países do Sul Global precisa assumir a perspectiva do pós-extrativismo e deverá acompanhar – sendo palco e produto de novas práticas sociais – uma mudança profunda na racionalidade produtiva global.

A sobrevivência nas cidades brasileiras poderá ser, assim, resultado de uma democratização ampla e irrestrita ao acesso à infraestrutura urbana básica e ao estímulo à novas relações de uso e ocupação da terra. Relações que possuam características como flexibilidade, autossuficiência econômica, cooperação e autonomia para, de forma ágil, organizar respostas às manifestações da crise climática. Aqui, o principal mecanismo para a sobrevivência nas cidades brasileiras é a redução da vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, que poderá passar pela instituição dos comuns no meio urbano, bem como pela proteção aos comuns já instituídos – principalmente aqueles cujo autogoverno e práticas espaciais já protegem a natureza e favorecem a vida em comunidade.

A instituição dos comuns é um caminho que se apresenta para a superação da crise e da epidemia de soluções superficiais, que contornam o problema principal: o caráter absoluto da propriedade e a desigualdade no acesso às condições de vida. Quando a subida do nível da água forçar a remoção de milhares de pessoas, ou quando um território for descaracterizado

por alguma revolta do clima, a função do instituto da propriedade privada como tal será para proteger o próprio instituto, como se fosse algo que precede às relações sociais.

A partir de seu caráter exploratório, este trabalho pôde aproximar conceitos e abordagens transdisciplinares para imaginar o futuro das cidades brasileiras. As discussões aqui apresentadas possuem uma preocupação oriunda, principalmente, do entendimento de que o futuro das cidades brasileiras – e das cidades do Sul Global como um todo – está vinculado a uma lógica externa à sua condição urbana e material propriamente dita. A mediação feita neste trabalho, entre o global e o local, tem razão de ser: a falta de recursos, de infraestrutura e tecnologia está vinculada a uma disputa global que complementa a disputa local. A disputa local, dessa forma, é o combate à desigualdade socioespacial e as muitas disputas que desta derivam. A disputa global e a disputa local devem ser encaradas com cautela, para evitar que o Sul Global não esteja sujeito às proposições e parâmetros do Norte Global na hora de instrumentalizar seus discursos e suas práticas, principalmente na hora de combater as manifestações da crise climática nas cidades.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, V. **Lula cobra responsabilidade de países ricos na questão climática.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-05/lula-cobra-responsabilidade-de-paises-ricos-na-questao-climatica>>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- ABDENUR, A. E. Climate and security: UN agenda-setting and the 'Global South'. **Third World Quarterly**, v. 42, n. 9, p. 2074–2085, 2 set. 2021.
- ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento.** São Paulo: Elefante Editora, 2018.
- ANDERSON, J. IDEOLOGY IN GEOGRAPHY: an introduction. **Antipode**, v. 5, n. 3, p. 1–6, dez. 1973.
- BALTAZAR, A. P. Sobre a resiliência dos sistemas urbanos. **VIRUS**, n. 3, 2010.
- BECHARA, V. **Desmoralizado na gestão Bolsonaro, o Ibama mostra força renovada.** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/desmoralizado-na-gestao-bolsonaro-o-ibama-mostra-forca-renovada/>>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- BORDALLO, E. **Doações ao Fundo Amazônia podem chegar a R\$ 6,4 bilhões; veja quanto cada país já doou.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/05/doacoes-ao-fundo-amazonia-podem-chegar-a-r-64-bilhoes-veja-quanto-cada-pais-ja-doou.ghtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- BRUM, M. Breve história das favelas cariocas: das origens aos Grandes Eventos. Em: MAIA, R. (Ed.). **O Rio Revisto de Suas Margens.** [s.l: s.n.].
- CALVI, P. **Indígenas brasileiros apresentam na ONU os problemas causados pelos deslocamentos forçados; CDHM acompanha as demandas.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/indigenas-brasileiros-apresentam-na-onu-os-problemas-causados-pelos-deslocamentos-forcados-cdhm-acompanha-as-demandas>>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- CARDOSO, A. L. Assentamentos Precários no Brasil: Discutindo Conceitos. Em: MORAIS, M. DA P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. (Eds.). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.
- COLOSSO, P. Brasil 2020: como é possível pensar e agir entre o local e o global? **Indisciplinar**, v. 6, n. 1, p. 366–393, 23 out. 2020.
- COORDENAÇÃO-GERAL DO CLIMA. **Acordo de Paris.** Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), , [s.d.].

COUTO, L. F.; RECH, L. T. Desmonte ativo no governo Bolsonaro: uma aproximação pela perspectiva orçamentária. **Livros**, n. Desmonte e reconfiguração, p. 443–474, 10 maio 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI**. [s.l.] Boitempo, 2017.

ENRICONI, L. **Advocacy: o que é? | Politize!**, 10 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/advocacy-o-que-e/>>. Acesso em: 8 jul. 2023

FERREIRA, M. P.; MARQUES, E. C. L.; FUSARO, E. R. Assentamentos Precários no Brasil: Uma metodologia para estimação e análise. Em: MORAIS, M. DA P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. (Eds.). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

FINN, D.; EVANS, E.; REED, K. A. An Urban Planner's Guide to Climate Information. p. 28, ago. 2022.

GALVANI, G. **Proteger o meio ambiente é mais importante que crescimento econômico para 77% dos brasileiros, diz pesquisa**. **CartaCapital**, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/proteger-o-meio-ambiente-e-mais-importante-que-crescimento-economico-para-77-dos-brasileiros-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 7 jun. 2023

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **VI Relatório Luz da Sociedade Civil: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**. (GESTOS - Soropositividade, Comunicação e Gênero, Ed.), 2022. Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf>

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 18. ed ed. Campinas: Papirus, 2007.

GUIMARÃES, H. **Pesquisador da Fiocruz explica como crise humanitária se originou no território Yanomami**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisador-da-fiocruz-explica-como-crise-humanitaria-se-originou-no-territorio-yanomami>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis - Ipea - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

LABATUT, B. **A Pedra da Loucura**. 1ª ed. São Paulo: todavia, 2022.

Making Cities Resilient 2030. Disponível em: <<https://mcr2030.undrr.org/mcr-homepage>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, p. 192, 2013.

MARTINS, C. **Bolsonaro, o falso nacionalismo e a destruição do Brasil. Blog da Boitempo**, 2 set. 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/02/bolsonaro-o-falso-nacionalismo-e-a-destruicao-do-brasil/>>. Acesso em: 16 abr. 2023

MEEROW, S.; NEWELL, J. P.; STULTS, M. Defining urban resilience: A review. **Landscape and Urban Planning**, v. 147, p. 38–49, mar. 2016.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Política e arquitetura. Por um urbanismo do comum e ecofeminista**. 1ª Edição ed. São Paulo: Olhares, 2021.

NASCIMENTO, A. S. DO. A urbanização planetária neoliberal e o discurso da resiliência e da urbanização sustentável: uma reflexão crítica em torno da “nova agenda urbana global”. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 30, n. 2, 16 jul. 2021.

NEGRÃO, H. **Após Alemanha, Noruega também bloqueia repasses para Amazônia**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html>. Acesso em: 16 abr. 2023.

OHANA, V. **Manifesto de entidades rechaça discurso de Bolsonaro na ONU: “envergonha os brasileiros” – Mundo. CartaCapital**, 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/manifesto-de-entidades-rechaca-discurso-de-bolsonaro-na-onu-envergonha-os-brasileiros/>>. Acesso em: 7 jun. 2023

PACHAURI, R. K.; MAYER, L.; INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (EDS.). **Climate change 2014: synthesis report**. Geneva, Switzerland: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2015.

PACHECO, T. Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour. **Development in Practice**, v. 18, n. 6, p. 713–725, 2008.

RIBEIRO, T. F.; ANTÃO, R. C. D. N. O Termo Territorial Coletivo como Alternativa Emancipatória à Aplicação da Propriedade Privada Clássica: Uma Mudança de Perspectiva. Em: COUTINHO, D. R. et al. (Eds.). **Propriedades em Transformação 2 : Expandindo**. [s.l.] Editora Blucher, 2021. p. 188–210.

SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

SALLES, R. **Discussão sobre aquecimento global é secundária, diz futuro ministro do Meio Ambiente**. , 9 dez. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/12/discussao-sobre-aquecimento-global-e-secundaria-diz-futuro-ministro-do-meio-ambiente.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023

SCANTIMBURGO, A. O DESMONTE DA AGENDA AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO. **São Paulo**, v. 52, 2018.

SCHMIDT, F.; MELLO, J. Gestão da Pesquisa em Think Tanks: notas sobre a experiência recente da Diest. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 29, p. 19–27, 10 jun. 2021.

SERVIGNE, P.; STEVENS, R. **Colapsología. El horizonte de nuestra civilización ha sido siempre el crecimiento económico. Pero hoy es el colapso**. Barcelona: Arpa & Alfil Editores, S. L., 2020.

SILVA, L. DA. **Lula cobra responsabilidade de países ricos na questão climática**. , 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-05/lula-cobra-responsabilidade-de-paises-ricos-na-questao-climatica#:~:text=%E2%80%9CO%20Brasil%20ser%C3%A1%20implac%C3%A1vel%20em,assumidas%20no%20Acordo%20de%20Paris.%E2%80%9D>>

SOUZA, M. L. DE. COM O ESTADO, APESAR DO ESTADO, CONTRA O ESTADO. **Revista Cidades**, v. 7, n. 11, 25 mar. 2010.

SUGAI, M. I. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)**. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

TAULI-CORPUZ, V.; ALCORN, J.; MOLNAR, A. **Cornered by Protected Areas. Rights and Resources Initiative**, 2018.

TONUCCI FILHO, J. B. M.; CRUZ, M. D. M. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? | Urban commons in debate: from the commons in the city to the city as a common? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, n. 3, p. 487–504, 19 jul. 2019.

YOUNG, O. R. The Paris Agreement: Destined to Succeed or Doomed to Fail? **Politics and Governance**, v. 4, n. 3, p. 124–132, 8 set. 2016.

ZEPPELINI, M. **Advocacy - O lobby do bem**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/acaosocial/article26c3.html?id.article=592>>. Acesso em: 8 jul. 2023.